

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

MARCOS JORGE DIAS

NOVOS EXTRATIVISTAS: A percepção dos moradores sobre as políticas públicas
implantadas na reserva extrativista chico mendes no município de xapuri- acre

São Paulo
2018

MARCOS JORGE DIAS

NOVOS EXTRATIVISTAS: A percepção dos moradores sobre as políticas públicas implantadas na reserva extrativista chico mendes no município de xapuri- acre

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas

Orientadora: Professora Doutora Ednalva Felix das Neves

São Paulo
2018

Ficha Catalográfica

DIAS, Marcos Jorge

Novos Extrativistas: a percepção dos moradores sobre as políticas públicas implantadas na reserva extrativista Chico Mendes no município de Xapuri- Acre / Marcos Jorge estudante. Cidade: São Paulo. FLACSO/FPA, 2018.

Quantidade de folhas F: il 93 p.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2018.

MARCOS JORGE DIAS

NOVOS EXTRATIVISTAS: A percepção dos moradores sobre as políticas públicas implantadas na reserva extrativista chico mendes no município de xapuri- acre

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster em Gobierno y Gestión de Políticas Públicas.

Aprovada em

Prof^a.Dra. Ednalva Felix das Neves
FLACSO Brasil/FPA

Prof^a. Dra. Márcia Tait Lima
UNICAMP

Prof^a. Ms Anna Carolina Santana da Silva
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

AGRADECIMENTOS

A Júlia Feitoza, companheira de todos os momentos.

Aos professores Eufran Amaral e Manoel Estébio pelas contribuições fundamentais ao trabalho.

As amigas Ieda, Nina Rosa e Ormifran, pelo incentivo.

À orientadora, Profa. Dra. Ednalva Felix das Neves, por sua paciência.

RESUMO

Pretende-se neste trabalho registrar as mudanças que estão ocorrendo na Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes, no município de Xapuri, Estado do Acre (a segunda Reserva Extrativista criada no Brasil), a partir da análise das Políticas Públicas que estão sendo implantadas na região. Procura-se imprimir o caráter científico necessário à pesquisa através do relato da vivência com os extrativistas, coleta de dados nas instituições governamentais e não governamentais que executam as políticas, os registros fotográficos, relatórios e entrevistas semiestruturadas com os atores sociais que nos serviram de base para o desenvolvimento do estudo e nos, permitiram captar os benefícios, as demandas coletivas, os sonhos e os desafios de uma população que luta por direitos no interior da floresta. As participações em reuniões dos Núcleos de Base da Associação de Moradores foram fundamentais para a percepção e compreensão do volume de informações obtidas. Contudo, não é intenção dar a este estudo a abrangência de uma análise completa, uma vez que o processo de mudança ainda está em andamento e há uma série de variáveis que requerem maior aprofundamento, tanto nos fatos históricos quanto no cenário social diverso, existente na Reserva Extrativista. Porém, o estudo mostra os impactos resultantes das políticas públicas na vida dos moradores.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Reserva Extrativista. Xapuri.

RESUMEN

En este trabajo se registran los cambios que están ocurriendo en la Reserva Extractivista (RESEX) Chico Mendes, en el municipio de Xapuri, Estado de Acre (La segunda Reserva Extractivista a ser creada en Brasil), a partir del análisis de las Políticas Públicas que se están siendo implantadas en la región. Se busca imprimir el carácter científico necesario a la investigación a través del relato de la vivencia con los extractivistas, recolección de datos en las instituciones gubernamentales y no gubernamentales que ejecutan las políticas, los registros fotográficos, informes y entrevistas semiestructuradas con los actores sociales que nos sirvieron de base para el desarrollo del estudio y nos permitieron captar los beneficios, las demandas colectivas, los sueños y los desafíos de una población que lucha por derechos en el interior del bosque. La participación en reuniones de los Núcleos de Base de la Asociación de Vecinos fue fundamentales para la percepción y comprensión del volumen de informaciones obtenidas. Sin embargo, no es intención de dar a este estudio el alcance de un análisis completo, ya que el proceso de cambio todavía está en marcha y hay una serie de variables que requieren mayor profundización, tanto en los hechos históricos y en el escenario social diverso de la Reserva Extractiva. Sin embargo, el estudio muestra los impactos resultantes de las políticas en la vida de los nuevos Extractivistas.

Palabras clave: Políticas Públicas. Reserva Extractiva. Xapuri.

LISTA DE SIGLAS

AMOPREBE - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasileia e Eitaciolândia

AMOPRECAB - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil

AMOPRECARB - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista de Capixaba e Rio Branco

AMOPRESEMA - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Sena Madureira

AMOPREX - Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNPT - Conselho Nacional das Populações Tradicionais

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

COOPERACRE - Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre

COOPERFLORESTA - Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários

CTA - Centro dos Trabalhadores da Amazônia

CVP - Cernambi Virgem Prensado

GEB - Granulado Escuro Brasileiro

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

PDC - Plano de Desenvolvimento Comunitário

PDSA - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre

POAs - Planos Operacionais Anuais

PRA - Programa de Regularização Ambiental

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROSER- Programa de Saneamento Ambiental e Inclusão Socioeconômica do Acre

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RECM - Reserva Extrativista Chico Mendes

REM - Programa para Pioneiros de Pagamento por Resultados

SAF - Sistema Agroflorestal

SEAPROF - Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar

SEPLAN - Secretaria de Planejamento

SEMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente

SICAR - Sistema Estadual de Cadastro Ambiental Rural

STTR - Xapuri - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri

UFAC - Universidade Federal do Acre

UNINORTE - União Educacional do Norte

ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 O ESTADO DO ACRE: HISTÓRIA, LOCALIZAÇÃO E NÚMEROS | 18 |
| 1.1 O ESTADO DO ACRE..... | 18 |
| 1.2 A RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES..... | 22 |
| 2 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E TERMINOLOGIA..... | 28 |
| 2.1 INSTITUIÇÕES QUE IMPLEMENTAM POLÍTICAS PÚBLICAS NA RESEX | |
| 2.2 ORGANOGRAMA | 35 |
| 2.3 O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ACRE - | |
| PDSA..... | 36 |
| 2.4 INSTITUIÇÕES QUE FINANCIAM OS PROGRAMAS E PROJETOS QUE | |
| PROMOVEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA RESERVA EXTRATIVISTA, NO | |
| ÂMBITO DE XAPURI:..... | 37 |
| 2.5 SECRETARIAS E INSTITUIÇÕES QUE IMPLEMENTAM AS POLÍTICAS | |
| PÚBLICAS NA RESEX CHICO MENDES EM XAPURI. | 43 |
| 3 A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA SOBRE AS | |
| ALTERAÇÕES QUE A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESTÁ | |
| CAUSANDO EM SEU MODO DE VIDA..... | 54 |
| 3.1 OS SERINGUEIROS E OS NOVOS EXTRATIVISTAS..... | 64 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 66 |
| REFERÊNCIAS..... | 68 |
| ANEXOS | 71 |

INTRODUÇÃO

Apresentação do Problema

O trabalho foi realizado na Reserva Extrativista Chico Mendes, no Município de Xapuri, Estado do Acre, Amazônia Sul-Occidental, cenário da luta dos seringueiros pelo território onde viveram explorados secularmente pelos seringalistas (patrões) – donos dos seringais de borracha nativa na Amazônia – com o objetivo de registrar e analisar as alterações que as políticas públicas, atualmente implementadas, estão causando na vida dos atuais moradores daquela região (os Novos Extrativistas).

A luta organizada pela preservação da floresta se iniciou em Xapuri, no Acre. Porém, foi no Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros realizado em Brasília em 1985, com a participação de 130 seringueiros do Acre, Rondônia, Amazonas e Pará que Chico Mendes se destacou como líder do movimento em prol da preservação da floresta e da manutenção dos seringais como fonte de renda e de sobrevivência econômica dos seringueiros, em função do seu trabalho de organização e estratégia dos empates (resistência pacífica para impedir o desmatamento) no Acre (CNS, 2017).

No final da década de 1980, houve uma intensificação da luta pela posse da terra e um acirramento das questões agrárias no Estado do Acre, que culminou com o assassinato de Chico Mendes em 1988. O fato gerou uma comoção nacional e internacional e fez com que as autoridades brasileiras, pressionadas pelos movimentos sociais, entre eles o Conselho Nacional dos seringueiros – CNS (instituição que até hoje articula nacionalmente políticas para as populações extrativistas), criassem as primeiras Reservas Extrativistas. A primeira reserva extrativista a ser criada foi a Reserva Alto Juruá em 1990. Seu território ultrapassa os 506 mil hectares, quase 70% do município Marechal Thaumaturgo, no Acre. No mesmo ano foi criada a Reserva Chico Mendes, com quase um milhão de hectares, ficando a maior parte de sua área entre os municípios de Xapuri e Brasileia (CNS, 2017).

As Políticas Públicas atuais são o resultado das demandas apresentadas pelos extrativistas ao governo através da Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista em Xapuri (AMOPREX) ao longo dos anos ou mesmo de iniciativas por parte do Governo do Estado para incentivar o fortalecimento da base

econômica tradicional da região, que era basicamente o corte e extração do látex produzido pelas seringueiras (*Hevea brasiliensis*) e a coleta de Castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*). Porém essas atividades econômicas já não são suficientes para a manutenção das famílias seringueiras em suas colocações, havendo uma natural tendência à diversificação da produção (SEAPROF, 2017).

O Governo do Acre vem há alguns anos estimulando à diversificação da produção ao mesmo tempo em que busca manter a conservação do ambiente natural. As políticas públicas e os avanços socioeconômicos trouxeram novas necessidades e hábitos para a nova geração de extrativistas.

Objetivos

Objetivo Geral

Realizar uma pesquisa sobre a vida dos moradores atuais da Reserva Extrativista Chico Mendes no Município de Xapuri, estado do Acre a partir da Políticas Públicas implantadas na região.

Objetivo Específico

Registrar a percepção dos moradores atuais da Reserva Extrativista Chico Mendes no município de Xapuri, estado do Acre, sobre as alterações que políticas públicas implantadas estão causando em suas vidas.

Justificativa

Desde o assassinato do líder sindical e seringueiro Chico Mendes, em 1988, que a questão ambiental virou pauta nos planos de gestão de vários governos. A organização dos extrativistas na região de Xapuri, assim como em toda a Amazônia, gerou demandas como a criação das reservas extrativista e a implantação de políticas públicas para os moradores dessas chamadas Unidades de Conservação, nas quais se insere a Resex Chico Mendes.

Os investimentos feitos nas áreas de educação, infraestrutura e desenvolvimento econômico, tanto por parte do governo brasileiro quanto de instituições internacionais, na Reserva Extrativista foram volumosos e proporcionaram alterações no modo de vida dos moradores (antigos, que direta ou indiretamente, junto

com Chico Mendes, lutaram por uma nova condição de vida das população que vivem na floresta e da floresta) e na vida dos moradores atuais, que neste trabalho de pesquisa denominamos de “Novos Extrativistas”.

Contudo, o registro sobre as alterações no modo de vida, a partir das políticas públicas implantadas e na percepção dos próprios moradores é, ao nosso ver, uma lacuna na bibliografia sobre o tema.

Motivação Pessoal Para a Pesquisa

Durante as aulas teóricas do curso de Mestrado “Governos, Estado e Políticas Públicas” vários temas surgiram como objeto de pesquisa. Temas relevantes e até interessantes do ponto de vista para a contribuição das mudanças sociais. Contudo, segundo a música “seguinto em frente”, composta por Almir Sater e Renato Teixeira “...é preciso amor para poder pulsar...”. Precisávamos descobrir onde estava meu coração e qual o tema que realmente me interessava saber ou observar para a obtenção do título de mestre.

Minha trajetória de vida é muito densa, diversificada e cheia de mudanças. Nascido em Rio Branco, no Acre, criado na baixada fluminense no Rio de Janeiro, onde o termo Política Pública nunca fez parte do nosso cotidiano. E como muitos que viviam na região, eu era um nortista retirante sem vínculos ou sentimento de pertencimento àquele lugar. Minha avó materna contava histórias de um Acre distante e mítico, despertando na minha imaginação de menino o desejo em conhecer a floresta distante onde eu havia nascido, mas da qual nada conhecia.

Passaram-se muitos anos até que o destino me levasse de voltas às minhas terras de origem. Dei meia volta ao mundo, me constitui cidadão cosmopolita, urbano sem sotaque e sem código de endereçamento postal. Porém, chegou um momento que senti a necessidade de refazer minha história, buscar minhas origens.

Senti pulsar nas veias o sangue dos ancestrais indígenas e seringueiros. No ano de 1990 retornei ao Acre para uma visita aos parentes e, “fui que fui ficando”. Essa terra, cheia de histórias e personagens marcantes (Galvez, Plácido de Castro, Chico Mendes, Marina Silva, entre outros), parece que tem uma cola invisível que vai nos envolvendo de tal jeito que, quando nos damos conta estamos enraizados, como as árvores de seringueira e as gigantes castanheiras. Uma paixão, um relacionamento

estável, uma filha, um emprego de carteira assinada e quando percebi, haviam passados 10 anos e eu continuava no Acre.

Neste período obtive a graduação em Letras português/espanhol na Universidade Federal do Acre e mergulhei na vida de professor. Com a oportunidade de ministrar aulas nos núcleos da UFAC nos municípios do interior, conheci a realidade educacional do Estado e isso me levou a cursar uma Especialização em gestão pública na Instituição União Educacional do Norte (UNINORTE); o estabelecimento de novas relações sociais e políticas me levaram a trabalhar dois períodos em Brasília. O primeiro como mobilizador social na região norte para a II Conferência Nacional de Meio Ambiente, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e o segundo período como assessor parlamentar na Câmara Federal.

Desencantado com o centro do poder, voltei para casa. Simultaneamente a esses fatos, fui me envolvendo com as questões socioambientais que me levaram a conviver com atores sociais contemporâneos que estavam construindo uma nova etapa da história do Acre. Como disse antes, quando me dei conta, estava “enraizado”. Especialista em Gestão Estratégica e Políticas Públicas pela Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com a UNICAMP, fui ministrar aulas na fronteira Brasil/Bolívia; Aprovado na seleção do mestrado da FLACSO/Brasil e FPA, já estava encantado pela história de luta dos seringueiros de Xapuri e pedi transferência para o município, onde convivendo no dia a dia com os seringueiros e as pessoas que fazem com que Xapuri seja esse espaço de efervescência revolucionária, pude observar que poderia fazer um registro do momento atual.

Ao ser chamado para trabalhar junto à presidência da AMOPREX, fazendo a relatoria dos encontros de planejamento dos Núcleos de Base (NB), me dei conta que todas as informações que estava tendo acesso sobre a Reserva Extrativista Chico Mendes naquela região de Xapuri, eram um material bastante interessante e que dado o meu interesse no assunto, poderia ser o tema que eu buscava para a pesquisa do Curso de Mestrado.

Ao observar uma intensa movimentação comportamental por parte dos extrativistas, o volume de investimentos econômicos e as ações desenvolvidas pelo governo na região, foi possível estabelecer as seguintes hipóteses: 1) a existência de uma geração de novos extrativistas; 2) as alterações no modo de vida dos moradores tem significativa relação com as Políticas Públicas implantadas na localidade.

Metodologia

A metodologia do trabalho foi fundamentada em princípios da “Metodologia de Pesquisa Qualitativa” na qual não há preocupação com relação aos números, mas sim com relação ao aprofundamento da pesquisa e de como ela é compreendida pelas pessoas, sendo que os dados analisados por este método não estão baseados em números.

Os moradores da Reserva Extrativista, no decorrer da pesquisa foram relatando e descrevendo suas realidades econômicas e territoriais, como era antes e como é agora, para chegar ao entendimento do contexto atual sempre debatendo os temas: Educação; infraestrutura, Produção e Desenvolvimento Econômico local. Para tanto, foram estabelecidas reuniões regulares em parcerias com as instituições que promovem as Políticas Públicas. Essa metodologia contribuiu para o aumento da autoestima, da autonomia e da capacidade criativa e inovadora no enfrentamento político dos problemas, resultando na interação comunitária, troca de experiências, estímulo à reflexão e formulação coletiva de propostas que favoreceram o diálogo entre o pesquisador, a comunidade e os gestores públicos que forneceram as informações institucionais.

Reuniões dos Núcleos de Base

Os Núcleos de Base (NB) são constituídos por representantes eleitos em assembleia da Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Xapuri – AMOPREX para, nas comunidades que representam, estabelecer um canal permanente de comunicação, representatividade e participação dos moradores nas instâncias de decisões da Unidade de Conservação.

No início do ano de 2017 foi criada pela AMOPREX uma agenda de reuniões de planejamento visando fortalecer a atuação dos representantes dos Núcleos de Base e na condição de relator responsável por sistematizar os encaminhamentos das reuniões, tive a oportunidade de entrar em contato com os moradores de várias comunidades e perceber que estavam ocorrendo alterações no modo de vida dos moradores e que as informações obtidas poderiam servir de base da pesquisa que eu pretendia desenvolver.

A primeira reunião aconteceu na sede da Associação dos Moradores no Seringal Floresta, na colocação denominada de Rio Branco, nos dias 17 e 18 de março de 2017. Estavam presentes representantes das comunidades: Albracia/Gurgel, Dois irmãos, Semitumba, Floresta, Nova Vida, São José, Filipinas e representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF), da Organização Não Governamental WWF e do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA).

A segunda reunião ocorreu nos dias 26 e 27 de maio de 2017 no Seringal Dois Irmãos, distante 60 km da cidade de Xapuri e contou com a representação de 6 (seis) comunidades: Albracia/Gurgel, Dois irmãos, Palmari/Cruzeiro, Palmari/Alto alegre e União e representando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio a senhora Fátima Cristina, Chefe da Reserva Extrativista Chico Mendes. Após um dia e meio de trabalhos os participantes apresentaram os problemas e as necessidades das suas comunidades e dividiram em pontos positivos e pontos negativos as políticas públicas implantadas nas localidades ali representadas.

A terceira reunião aconteceu no Seringal Nazaré, colocação Nova Vida nos dias 06 e 07 de outubro de 2017 e teve a participação de 19 (dezenove) representantes de 09 (nove) Núcleos de Base - NB. O objetivo desse terceiro encontro de planejamento foi o de construir um Plano de Vida para a Reserva Extrativista na abrangência do Município de Xapuri, com base no diagnóstico participativo dos encontros já realizados e as novas contribuições apresentadas neste.

Entrevistas semiestruturadas

Para a realização das entrevistas semiestruturadas com atores-chave, fez-se uso do método preconizado por Bailey (1982), popularmente conhecido como “bola de neve” – Snowball Sampling. Esse método consistiu na seleção intencional de um informante que tivesse conhecimento da história, das políticas e da gestão da RESEX. O mesmo informante fez indicações de outros informante-chave e, a cada nova entrevista, novos informantes foram indicados, encerrando-se a amostragem quando não havia mais nenhuma informação nova que fosse relevante para a pesquisa, havendo uma repetição cada vez maior das informações passadas.

Vivência

Uma das etapas para entender melhor o cenário atual da Reserva e aprofundar as informações coletadas, foi a vivência em Xapuri aplicando o método de observação qualitativa, que consiste em um tipo de abordagem de carácter mais exploratório e aberto para efetuar anotações de campo, ou seja, uma observação não-estruturada. Nesse caso, o investigador pode assumir papéis diferentes, dependendo dos objetivos que ele pretende atingir, podendo ser mais ou menos participante nesse contexto (participante completo, participante-como-observador, observador-como-participante ou completamente observador). Logo, o observador qualitativo também pode se envolver em papéis que variam de não-participante até integralmente participante.

De qualquer forma, o pesquisador escolhe um cenário de seu interesse, para depois tomar notas sobre comportamentos e atividades das pessoas do cenário escolhido, fornecendo observações múltiplas durante a realização do seu estudo qualitativo. Para isso também é utilizado um protocolo ou formulário para registrar as informações, que pode consistir em “uma única página com uma linha divisória no meio para separar as notas descritivas [...]” (CRESWELL, 2007, p. 193). Depois de executado essas duas fases, há o tratamento dos protocolos recolhidos, que consiste “na reflexão teórica sobre os aspectos observados, bem como na formulação de conexões entre as diversas dimensões das realidades observadas.” (AIRES, 2015, p. 25-26).

No mês de abril de 2017 foi estruturada uma base de trabalho na sede do Município, de onde foi possível acompanhar as atividades referentes a Reserva Extrativista e como morador da localidade, observar fatos cotidianos que não seriam mostrados frente a condição de pesquisador.

Nos dias 25, 26 e 27 de julho de 2017 participamos como observador do encontro denominado de 1º chamado da Reserva promovido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no Município de Brasileia, vizinho a Xapuri, em parceria com as Associações de Moradores da Reserva. E nos meses que se seguiram, as ações relativas a gestão da RESEX foram acompanhadas de acordo com a agenda de eventos das instituições acima citadas.

A seguir, no **capítulo 1** vamos discutir a formação histórica do Estado do Acre, sua localização geográfica e seus números. Faremos também uma descrição sumária do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) e sua importância na elaboração das

políticas públicas e uma descrição do marco legal da Reserva Extrativista Chico Mendes e de sua estrutura institucional.

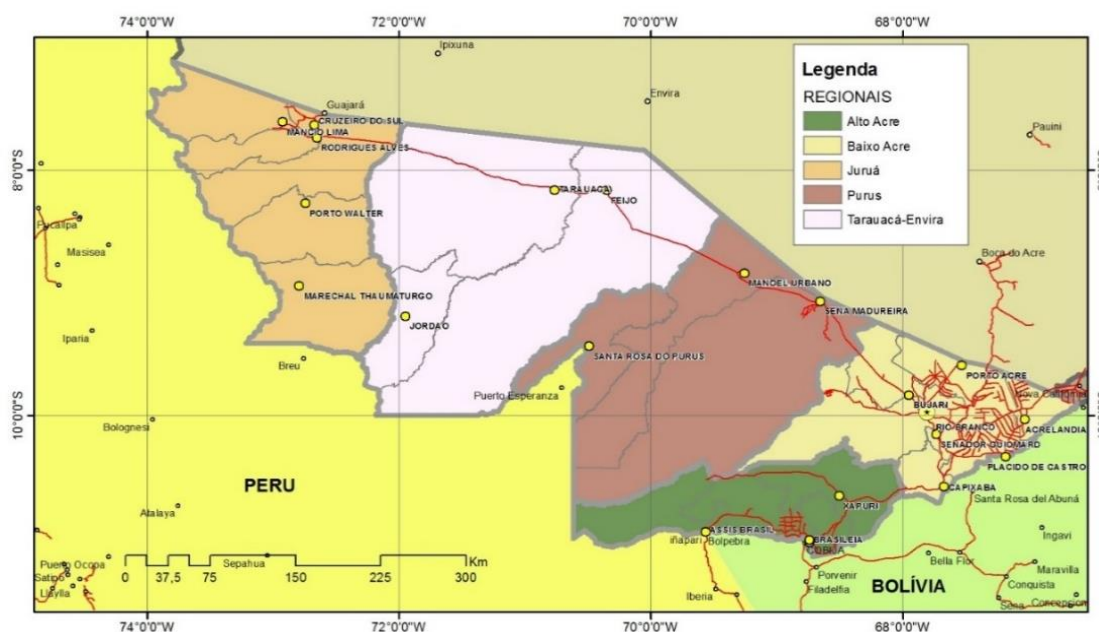
No **capítulo 2** vamos discutir a revisão bibliográfica, os conceitos e terminologias apresentadas pelos autores que abordam as Políticas Públicas como ciência.

1 O ESTADO DO ACRE: HISTÓRIA, LOCALIZAÇÃO E NÚMEROS

1.1 O ESTADO DO ACRE

O Acre é um dos 27 estados que compõem a República Federativa do Brasil. É o 15º em extensão territorial e possui uma área de 164.221,36 Km², correspondente a 4,26% da Região Norte e a 1,92% do território nacional. Está situado no sudoeste da Amazônia e faz divisa com os estados do Amazonas ao Norte e Rondônia a leste (ver Figura 1, abaixo). Faz fronteira com a Bolívia a sudeste e ao Peru ao sul e a oeste, e abrange 22 municípios que se agrupam em cinco regionais político-administrativa: Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Tarauacá-Envira e Juruá. As cidades mais populosas são: Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Feijó, Tarauacá e Sena Madureira (IBGE, 2015).

Figura 1: Localização do estado do acre com os municípios e regionais de desenvolvimento.



Fonte: Acre, 2007.

O nome Acre surgiu de “Aquiri”, que significa “rio dos jacarés” na língua nativa dos índios Apurinãs, os habitantes originais da região, que é banhada pelo rio que empresta o nome ao Estado. Os exploradores da região transcreveram o nome do dialeto indígena, dando origem ao nome Acre. Os primeiros habitantes da região eram

os índios, até 1877, quando imigrantes nordestinos, motivados pelos altos preços da borracha no mercado internacional, foram arregimentados por seringalistas para trabalhar na extração do látex e, iniciaram a abertura de seringais. Este território, antes pertencente à Bolívia e ao Peru, foi aos poucos sendo ocupado por brasileiros. Os imigrantes avançaram pelas vias hidrográficas do rio Acre, Alto-Purus e Alto-Juruá, o que aumentou a população de local de brancos em cerca de quatro vezes em um ano (ODM, 2012).

Buscando garantir o domínio da área, os bolivianos instituíram a cobrança de impostos sobre a extração da borracha e a fundação da cidade de Puerto Alonso. Após conflitos armados, a cidade foi retomada por brasileiros e rebatizada como Porto Acre. A revolta dos brasileiros diante destas medidas resultou em conflitos que só tiveram fim com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, no qual o Brasil adquiriu o território do Acre (Acre, 2006).

Na região de fronteira com o Peru também houve controvérsias quanto aos limites territoriais. Em setembro de 1903, os peruanos foram expulsos das áreas ocupadas, sendo resolvido o impasse territorial em 8 de setembro de 1909, tendo como representante nas negociações o Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores. Unificada a partir de 1920, a administração do Acre passou a ser exercida por um governador nomeado pelo Presidente da República. Até que em 15 de junho de 1962 foi sancionada pelo Presidente da República João Goulart a Lei 4.070, que elevou o Acre a categoria de Estado (ODM, 2012).

Atualmente o Estado do Acre possui 86% de cobertura florestal primária e 46% de áreas naturais protegidas. A população do Estado é de 803.513 habitantes, dos quais 27 % habitam a zona rural. Esta população mantém uma relação direta com a floresta e com os rios, refletindo uma dimensão humana diversificada: 48% são moradores de projetos de assentamentos tradicionais; 6% são indígenas; 16% são extrativistas; 10% são ribeirinhos e 20% são produtores rurais (pequenos, médios e grandes) fora de assentamentos (IBGE, 2015).

Quanto ao processo histórico da construção da sua identidade, o Estado do Acre tem várias disputas políticas. Os conflitos sociais e as lutas na história do Acre - em particular em Xapuri - quase sempre ocorreram pela ausência dos serviços públicos essenciais como educação, saúde, transporte, falta de estradas para o escoamento da produção e conflitos agrários. A consequência disso foi a migração de um considerável contingente de extrativistas para os centros urbanos na busca de “uma

vida melhor” e o acesso aos benefícios ofertados nas áreas urbanas, principalmente nos anos iniciais das décadas de 1970 e 1980 (ACRE, 2000).

As informações e os números que apresentaremos a seguir são relativos a todo o Estado, e os que dizem respeito a Reserva Extrativista Chico Mendes e ao Município de Xapuri, serão apresentados posteriormente, bem como os das Secretarias de Estado e Instituições.

O Zoneamento Econômico Ecológico - ZEE

A partir de 1999, foi instituída no Acre, por meio do Decreto nº 503 de 06 de abril de 1999, a primeira fase do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE). Elaborado a partir dos eixos temáticos dos recursos naturais, socioeconômico e cultural-político, o ZEE tem sido o instrumento estratégico de planejamento e gestão territorial, cujas diretrizes e critérios passaram a nortear as políticas públicas estaduais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico-sustentável e à promoção do bem-estar da população (ACRE, 2000. p.16-19).

Usado como base para formulação de Políticas Públicas impactantes, o ZEE contribuiu para a identificação das características de cada território e de suas propensões produtivas, etnoculturais e sociais, e tem sido o instrumento de gestão do Governo do Acre, em substituição às antigas formas predatórias de ocupação e uso dos recursos Naturais. É também, o resultado de uma determinação política para subsidiar as negociações democráticas entre o Governo, o setor privado e a sociedade civil sobre as estratégias do desenvolvimento regional sustentável. Além disso, é de grande valia e legitimidade, visto que as propostas e indicações de Política Pública contidas no ZEE contaram com a colaboração dos diversos segmentos sociais presentes na sociedade acreana e das parcerias institucionais da esfera federal, estadual e municipal.

É importante destacar, ainda, que “o documento síntese, fonte de pesquisa deste capítulo, privilegia o uso das informações e permite aos leitores, aos gestores públicos e sociedade o acesso a um conjunto de informações e orientações, sistematizadas e atualizadas sobre o Estado” (ACRE, 2000, p. 1-5).

Tendo como base informações relativas a todo o Estado do Acre, o ZEE serviu para a elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Projeto de

Gestão Ambiental Integrada (PGAI), financiado pela Cooperação Alemã por meio do Banco Alemão KfW. O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA) visa a organização das cadeias de produção existentes e incentiva a criação de novas cadeias produtivas de modo a complementar a renda dos moradores e atender a demanda do crescente mercado por produtos florestais e o Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) tem por objetivo a preservação ambiental, de acordo com informações do Plano de Ações da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), concedidas pelo ex-secretário estadual de meio ambiente, Eufran Amaral, atual diretor da EMBRAPA/Acre e que tem atuado na implantação do ZEE no Estado do Acre (SEMA, 2018).

Com as informações obtidas no ZEE e as do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA) I e II, foi ficando claro que as políticas mais impactantes são as de caráter econômico, pois estão relacionadas à infraestrutura e à produção familiar. Também é importante ressaltar que, a política econômica adotada na gestão do atual governo foi norteadada com o objetivo de fortalecer o setor produtivo, com o aumento da produção em escala, elevação da produtividade, diversificação da produção, melhoria do nível tecnológico e ampliação das indústrias no Acre, visando promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Estado e assim reduzir a pressão sobre a floresta ao fazer o uso das áreas já abertas ou antropizadas e como resultado, melhorar a renda e a qualidade de vida da população (SEAPROF, 2018).

Os dados obtidos também registram que no período de 2011 a 2015, o Governo fomentou a produção primária, investindo cerca de 120 milhões de reais em cadeias produtivas estratégicas, dentre elas destacam-se: a seringa, a castanha, piscicultura, suinocultura, fruticultura, mandioca, grãos e mel, além da ampliação da capacidade de mecanização do Estado (SEAPROF, 2018).

O Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (PROACRE), desde 2010, tem avançado na estratégia de envolver comunidades mais isoladas no processo de desenvolvimento rural sustentável, contemplando comunidades indígenas, através dos Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTI's) e Planos de Desenvolvimento Comunitário (PDC's) referentes às comunidades de agricultores familiares. O grande mérito dos planos é levar fomento, assistência técnica e extensão rural às famílias que estão em áreas de difícil acesso, garantindo segurança alimentar e apoio ao desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis, ao mesmo tempo em que promove o empoderamento das comunidades.

No período de 2011 a 2016, foram beneficiadas 141 comunidades rurais, atendendo 6,7 mil famílias e 28 (vinte e oito) terras indígenas, com entregas de equipamentos, materiais, sementes entre outros insumos (SEAPRO, 2018).

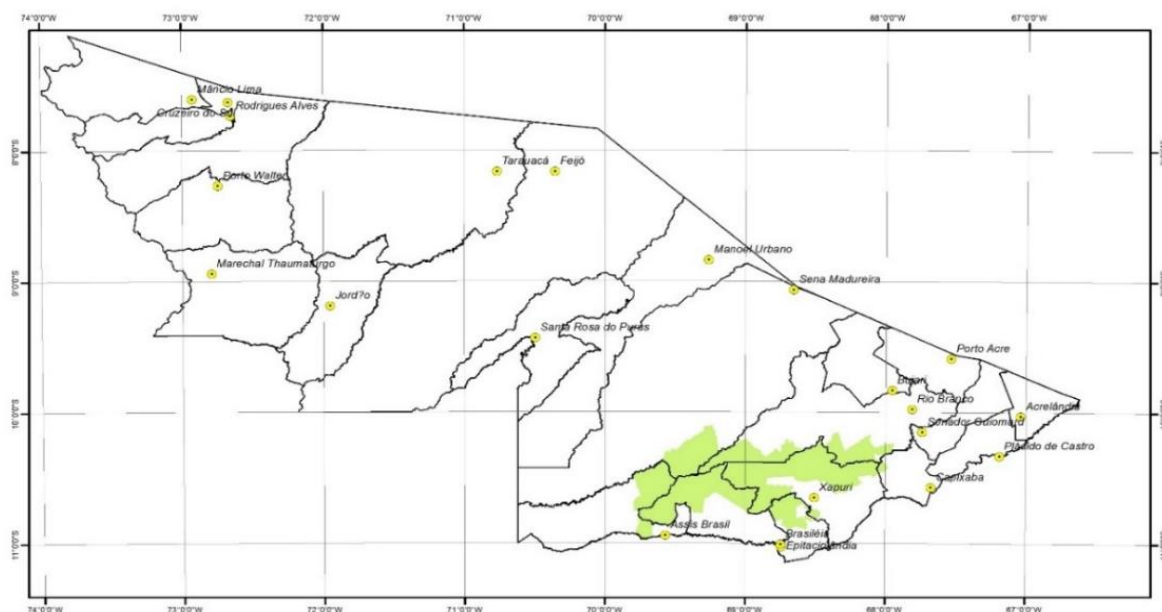
Feita essa caracterização e apresentação sobre o Estado do Acre, iremos situar a Reserva Extrativista Chico Mendes (RESEX) no Município de Xapuri, objeto deste trabalho.

1.2 A RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

O estudo abrangeu o Município de Xapuri, que está situado na regional do Alto Acre, tendo como limites norte a coordenada 10°10'57,95" S e 68°30'30,16" W e ao sul a 11°2'24,831" S e 68°23'16,256" W de Greenwich. Sua superfície territorial é de 534.695 ha e limita-se a leste com Capixaba, a sudeste com a República da Bolívia, a oeste com os municípios de Brasiléia e Eitaciolândia e ao norte com a capital do Estado, Rio Branco.

A sede do Município localiza-se a 180 km da capital do Estado, com acesso secundário de 12 km pela AC-403 chamada "Estrada da Borracha" que se inicia na BR 317 (Estrada do Pacífico). Localiza-se à margem direita do Rio Acre e na foz do rio Xapuri. Ocupa o nono lugar em população no Estado com 16.016 habitantes e sua densidade demográfica corresponde a 3 hab./km² (ACRE, 2000). A Reserva Extrativista Chico Mendes é a maior reserva extrativista do país (970.570 mil hectares) e abriga cerca de duas mil famílias, de acordo com o Censo de 2009, representando uma população aproximada de 10.000 pessoas que residem em 48 seringais. Essa população está distribuída em 56% de adultos, 36% são crianças e jovens e 8% de idosos, conforme as informações obtidas no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão ambiental do governo brasileiro, criado pela lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, que faz a gestão da Unidade de Conservação junto com as Associações de moradores (ICMBio, 2017).

Figura 2: Localização da reserva extrativista chico mendes no estado do acre com os municípios.



Fonte: Acre, 2007.

Na atual estrutura de gestão da RESEX, o Conselho Deliberativo é o espaço legalmente constituído de discussão, negociação, deliberação da Unidade de Conservação e sua área de influência. Possui 26 assentos constituídos, majoritariamente, pela comunidade e representa a instância máxima de decisões.

Os moradores são representados por 05 (cinco) Associações: Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista de Assis Brasil (AMOPREAB), Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Epitaciolândia e Brasileia (AMOPREB), Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Sena Madureira (AMOPRESEMA), Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes Xapuri (AMOPREX), Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista de Capixaba e Rio Branco (AMOPRECARB), estabelecidas de acordo com as Zonas Geopolíticas: ZG 1 (Assis Brasil), ZG 2 (Brasileia e Epitaciolândia), ZG 3 (Xapuri), ZG 4 (Sena Madureira), ZG 5 (CAPIXABA e RIO BRANCO (ICMBio, 2018).

As associações possuem um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), que as define como concessionárias e junto com o ICMBio fazem a gestão compartilhada da Unidade de Conservação. O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) é um documento que permite o uso da terra pelos extrativistas.

Também fazem parte dos instrumentos de gestão o Plano de manejo, documento técnico que estabelece o zoneamento da RESEX e contém as regras de uso do espaço e manejo dos recursos naturais da área; o plano de utilização, documento elaborado pelos moradores, como parte integrante do Plano de manejo, e que estabelece seus direitos e deveres; o plano de comunicação que tem por objetivo apontar as diretrizes e ferramentas adequadas para auxiliar a gestão no desenvolvimento de instrumentos de comunicação; o plano de proteção foi elaborado com o objetivo de realizar uma caracterização da Unidade de Conservação, identificando as principais ameaças à sua proteção, orientar o planejamento e execução de ações de prevenção, combate e mitigação de ameaças a Unidade de conservação (ICMBio,2018).

Na história recente, sobre a luta dos seringueiros pela posse da terra, preservação da floresta na região de Xapuri e criação da Reserva Extrativista, Rodrigues (2009), relata que:

Em outubro de 1985, O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, então presidido por Chico Mendes, convocou e realizou em Brasília o I Encontro Nacional dos Seringueiros. Durante o encontro, os seringueiros discutiram seus problemas, as dificuldades que enfrentavam e procuravam propor soluções, especialmente a questão da terra e o apoio dado pelo governo aos fazendeiros. Em contraposição a tudo isso, os participantes do I Encontro Nacional dos Seringueiros lançaram a proposta da criação das reservas extrativistas (RODRIGUES, 2009, p.118).

O movimento foi uma oposição dos seringueiros aos modelos de desenvolvimento definidos pelo Governo Federal para a região amazônica brasileira, na década de 1970, onde predominavam a implantação de projetos agropecuários extensivos, de mineração e madeireiros, resultando em grande concentração fundiária, êxodo das populações tradicionais para as cidades e devastação da região. Os seringueiros passaram a resistir a essas mudanças e expulsão, unindo-se em Sindicatos Rurais e organizando os chamados “empates” (forma de luta organizada e pacífica para impedir as derrubadas), conforme relata Allegretti:

As Reservas Extrativistas foram criadas como espaços territoriais destinados a assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteger o meio de vida e a cultura das populações tradicionais das florestas e como uma forma alternativa à ocupação do território amazônico onde as terras pertencem à

União, mas com o usufruto dos que nela habitam e trabalham (ALLEGRETTI, 2008. p. 42).

Assim, iniciava-se um dos processos de conquista de autonomia dos seringueiros da região do Vale do Acre, que abrange os Municípios de Xapuri, Brasiléia, Rio Branco, Assis Brasil e parte de Sena Madureira. Allegretti (2002) registrou como e porque esse movimento de resistência ocorreu:

A especificidade dos conflitos ocorridos no Acre deriva do fato da economia da borracha não ter se desestruturado completamente quando as empresas agropecuárias começaram a se implantar. Em consequência, dois modos de produzir foram colocados em confronto: um que existia previamente e dependia da manutenção da base de recursos naturais para se reproduzir e outro que, para se implantar, requeria a destruição desta mesma base de recursos (ALLEGRETTI, 2002. p. 191).

Em 1990, os resultados da luta pela terra começaram a ser atingidos, sendo criadas no Estado do Acre as duas primeiras reservas extrativistas federais: a reserva Alto Juruá e a Reserva Extrativista Chico Mendes, conforme Decreto nº 99.144, de 12 de março de 1990 (CNS, 2018).

No ano de 1995 foi aprovado pela Portaria nº 28-N, de 18 de abril de 1995, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) o Plano de Utilização da Unidade. O documento foi elaborado com a participação das Associações de Seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Assis Brasil, Brasiléia, Xapuri e Sena Madureira e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), tendo como objetivo assegurar a autossustentabilidade da RESEX, mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores (CNS, 2018).

É importante destacar que o processo de desapropriação da área na qual está localizada a Reserva Chico Mendes foi muito difícil, pois naquela área estavam concentrados os maiores conflitos com relação à posse e propriedade da terra. Os seringueiros e castanheiros – tradicionais usuários dos recursos naturais – confrontavam-se com os pecuaristas e fazendeiros que desmatavam a área para a implantação de novas pastagens e campos agrícolas (IBAMA, 2012).

O fato está registrado por Allegretti (2013), que destaca que o que os seringueiros diziam: “Não queremos sair, queremos ficar, não queremos dividir a floresta queremos um território. Não queremos ser proprietários, queremos que a União seja proprietária”

Outro fato marcante na época, que dificultou os trabalhos, refere-se às peculiaridades dos títulos de propriedade do Estado do Acre, como por exemplo, vários títulos da mesma propriedade emitidos para proprietários diferentes, além de outras falhas observadas nos registros imobiliários. Em fevereiro de 1992, foram ajuizadas as ações desapropriatórias da área, permitindo à Justiça Federal do Acre conceder a emissão provisória da posse das terras no interior da RESEX aos novos beneficiários e a remoção dos antigos proprietários. Neste mesmo período, os moradores, extrativistas tradicionais, elaboraram o Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes, que foi aprovado pelo IBAMA em 18 de abril de 1995. Com a concessão da emissão na posse dos imóveis e o Plano de Utilização aprovado pelo Presidente do IBAMA, em cumprimento ao Decreto nº 98.897/90, o IBAMA e o Conselho Nacional das Populações Tradicionais (CNPT) iniciaram os procedimentos para a Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) para os moradores, extrativistas tradicionais (IBAMA, 2010).

Quanto as Políticas Públicas voltadas para a população residente na Reserva Chico Mendes, observamos que ganharam destaque a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo do Estado após as eleições de 1988, quando foi implementado o programa de governo chamado de “Governo da Floresta”, conforme aborda Sant’Ana Júnior (2004).

Durante as últimas campanhas eleitorais, o Partido dos Trabalhadores utilizou símbolos gerados na revolução Acreana, como a bandeira e o hino estaduais, como instrumento de legitimação, realçando suas características que permitiam associações entre a história do partido e as lutas históricas do Acre (SANT’ANA JÚNIOR, 2004, p. 246).

Mais adiante, quando menciona sobre o neoextrativismo e as políticas para o campo, Sant’Ana Júnior (2004) ressalta: “a busca de concretizar sua opção por uma forma sustentável de desenvolvimento apontou para a recuperação e requalificação do extrativismo e sua localização no centro das políticas sociais e econômicas do governo” (SANT’ANA JÚNIOR, 2004, p. 258).

Sobre a recuperação e requalificação do extrativismo do qual fala o autor, observamos que ocorreram mudanças nas atividades de extração do látex, coleta de castanha, corte de madeira e coleta de outros produtos florestais em baixa escala e que formavam a base econômica da região. Essas mudanças já foram observadas por Castelo (2014), que as descreve em seu trabalho:

Com a chegada da eletricidade apareceu a televisão e, com ela, mais estímulos para o consumo de produtos que muitos sequer conheciam. O encurtamento das distâncias para Xapuri, provocado pela transformação dos “varadouros” em ramais trafegáveis, também facilitou a aquisição de alimentos diferentes do que estavam acostumados a consumir (desde que possuam rendimentos para adquiri-los, é claro) (CASTELO, 2014. p. 123).

Essas mudanças também não passam despercebidas aos moradores mais antigos. Nilson Mendes, primo de Chico Mendes e morador do Polo Agroextrativista (PAE) Cachoeira, por exemplo, em uma reunião no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri (STTR/Xapuri), quando tratavam de questões relacionadas ao tamanho das colocações (área de posse de cada morador) e da divisão das mesmas com os familiares, fez a seguinte crítica: “A terra não estica, a família se multiplica” (NILSON MENDES, 2017).

Partindo do entendimento da atual fase da RESEX e do perfil atual de seus moradores, trataremos, no capítulo a seguir, sobre as Políticas Públicas implementadas na reserva. Para tal, antes, faz-se necessária uma revisão no que os teóricos apontam como política pública, seus conceitos, para fundamentarmos nossa análise.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E TERMINOLOGIA

Esta seção será dedicada a discutir a base teórica das políticas públicas. Foram feitos recortes curtos e objetivos em trabalhos de autores/pesquisadores com formulações teóricas sobre o conceito de Políticas Públicas com quais iremos dialogando à medida em que os contextos se assemelham.

Segundo Muller (2002), a política pública é parte de um "quadro de ação", que permite, em princípio, distinguir uma política pública de simples medidas isoladas. O problema é, então, saber se este quadro geral deve ser projetado com antecedência pelo tomador de decisões, ou simplesmente reconstruído mais tarde pelo pesquisador. Em todo caso, é verdade que a existência deste quadro em geral nunca é dado, e deve ser sempre objeto de investigação. Além disso, a política pública tem um público (ou vários públicos), ou seja, indivíduos, grupos ou organizações, cuja situação é afetada pela política pública - por exemplo, motoristas, construtores, empresas de engenharia civil, constituem, em diversos graus, o público da política de segurança rodoviária. Esse mesmo público pode definir metas ou objetivos a serem alcançados de acordo com as normas e valores -por exemplo, reduzir o número de acidentes rodoviários, melhorar as condições de internação de pacientes, garantir a independência energética do país.

Por isso, identificar as políticas públicas não é tão simples, pois o sentido de uma política, nem sempre é o que afirma o tomador de decisões. Algumas políticas têm um sentido explícito, por exemplo a melhoria do habitat e um sentido latente que seria por exemplo, modificar a composição social de um bairro.

Contudo, política também pode consistir em não fazer nada. Por exemplo, o governo não intervir sobre a cotação de uma moeda (política monetária), o que seria um problema terrível para a inflação. Porque qualquer não-intervenção no mercado financeiro poderia ser considerado como uma ação premeditada (MULLER, 2002. p.27-29).

Segundo Frey (2000), as sociedades que se encontram em um processo de transformação, em geral, são caracterizadas por tensões entre os padrões individuais de comportamento e aqueles que transcendem as ações individuais. Devido a mudanças em relação aos valores sociais, interesses e objetivos de ação, surgem atores, particularmente em tempos de rupturas sociais e políticas, que se empenham a favor de modificações dos estilos de comportamento político. Esse fenômeno se

torna mais evidente no caso de alguns atores terem conseguido institucionalizar novos estilos de comportamento mediante novos procedimentos e arranjos. Um exemplo disso é o surgimento de novos canais de participação (conselhos populares, orçamento participativo, foros de debate etc.) na política municipal brasileira, esses por sua vez são o resultado, pelo menos em parte, da pressão político-social exercida pelos movimentos sociais e pela sociedade civil em geral (FREY, 2000. p. 236).

Sobre o tópico acima, não podemos deixar de observar que há uma relação com o tema que nos propomos analisar nesta pesquisa, visto que os moradores da Reserva Extrativista, em particular a área do Município de Xapuri, estão vivendo um processo de mudanças – observadas nas reuniões de planejamento dos Núcleos de base da Associação de Moradores – e se reúnem para discutir sobre essas mudanças, individuais e coletivas resultantes das ações políticas implementadas na região ou de demandas existentes na localidade.

Ainda segundo Frey (2000), no Brasil como em outras recentes democracias, o processo de construção histórico está sujeito a uma dinâmica peculiar e a uma transformação contínua, o pesquisador pode se valer apenas de forma muito restrita de estudos primários preexistentes. Além disso, ele corre o risco de ter que enfrentar mudanças significativas até durante o próprio processo de pesquisa. Essas mudanças podem ocorrer não somente em relação à política material, objeto primordial de sua investigação, mas também às instituições políticas e ao *policy network*, ou seja, a rede dos atores políticos que determinam o processo político pode repentinamente mudar durante a realização do projeto de pesquisa. Particularmente no que diz respeito à política municipal, estudos de políticas públicas exigem a realização de levantamentos primários sobre as dimensões *politics* (processos políticos) e *polity* (instituições políticas) nos municípios escolhidos, indo dessa maneira além da dimensão material das políticas setoriais (FREY, 2000. p. 246).

Para Giovanni e Nogueira (2015), a expressão “políticas públicas” parece ter entrado definitivamente no vocabulário contemporâneo. O uso constante do termo pela imprensa, nas agendas públicas, nos documentos públicos e não-governamentais, nos pronunciamentos políticos e nas pautas de movimentos sociais, demonstra que as Políticas Públicas estão no dia a dia dos países democráticos, e que elas são atividades sociais, e nessa acepção sociológica, concretizam-se por intermédio de ações sociais, caracterizadas por um mínimo de padronização e institucionalização. Em outras palavras, os agentes sociais, os atores, nesse âmbito,

pautam suas ações por orientações conduta dotadas de objetivos implícitos ou explícitos; e, em maior ou menor grau, de alguma racionalidade, que ele chama interesses. Ao mesmo tempo, movimentam-se dentro de um espaço social institucionalizado por pautas de comportamento decorrentes de um conjunto de regras. Sendo, portanto, considerados atores todas as pessoas, grupos ou instituições que, direta ou indiretamente participam da formulação, da implementação e dos resultados de uma política (GIOVANNI E NOGUEIRA, 2015, p. 3; 32-33).

No caso deste trabalho, os atores sociais são os moradores da Reserva Extrativista do Município de Xapuri, que a décadas lutam por seus interesses e demandam por Políticas Públicas, as instituições governamentais representados pelo ICMBio, SEMA, SEAPROF, etc. e que implementam as Políticas Públicas na RESEX, o espaço social com suas regras de uso.

Celina Souza (2006), cientista política que vêm se dedicando ao estudo do tema das políticas públicas, afirma que como área de conhecimento e disciplina acadêmica, as políticas públicas surgiram nos EUA, rompendo com as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos dando início a uma nova forma de estudos que focalizavam as produções dos governos sem o vínculo com as ações dos Estados e que teve H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton como pensadores fundadores (SOUZA, 2006. p.4).

Segundo Souza (2006), Laswell (1936) introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 1930, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio; e Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente (SOUZA, 2006. p.4).

A autora aponta também que não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública e cita Mead (1995) que define Política pública como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas; e Lynn (1980), que vê a Política Pública como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Já Peters (1986), segue a mesma linha de definição apontando que política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (SOUZA, 2006. p.4).

Di Giovanni e Nogueira (2015) nos chamam a observar que as políticas públicas são um tipo de específico de políticas definidas e praticadas em termos históricos. Cada sociedade tem um padrão de políticas públicas, seja no sentido da reprodução de certos modos de conceber e fazer, de financiar e gastar, seja no sentido das carências e dos problemas que buscam enfrentar (DI GIOVANNI e NOGUEIRA, 2015. p.19).

Assim, além das definições do que são Políticas Públicas, precisamos rever os conceitos e definições de Políticas. Encontramos em Costa e Dagnino (2013) diferentes conceitos de políticas apontados pelos autores: Easton (1953), que considera a política uma teia de decisões que alocam valor; Jenkins (1978) que vê a política como um conjunto de decisões inter-relacionadas, concernindo à seleção de metas e aos meios para alcançá-las, dentro de uma situação especificada; para Hecló (1972) o conceito de política (*policy*) não é “autoevidente”, e sugere que uma política pode ser considerada como um curso de uma ação ou inação (ou não-ação), mais do que decisões ou ações específicas; Wildavsky (1979) diz que o termo política é usado para se referir a um processo de tomada de decisões, mas também, ao produto desse processo; Ham e Hill (1993) analisam as implicações do fato de que a política envolve antes um curso de ação ou uma teia de decisões que, que uma decisão, destacando aspectos como: há uma rede de decisões de considerável complexidade; há uma série de decisões que, tomadas em seu conjunto, encerram mais ou menos o que é política; políticas mudam com o tempo e, em consequência, o término de uma política é uma

tarefa difícil; o estudo de políticas deve deter-se, também, no exame de não decisões (apud COSTA e DAGNINO, 2013, p. 53).

Quanto ao conceito de análise de políticas, Dagnino *et all* (2013) citam que para Dye (1976) fazer análise de política é descobrir o que os governos fazem, porque fazem e que diferença isso faz. Para ele, análise de política é a descrição e a explicação das causas e das consequências da ação do governo. Sobre o procedimento de análise de políticas públicas, os mesmos autores citam que Ham e Hill (1993) classificam os estudos da Análise de Política em duas grandes categorias: a primeira tem o objetivo de desenvolver conhecimentos sobre o processo de elaboração de políticas, sendo, portanto, um procedimento predominantemente descritivo. A segunda categoria está voltada para apoiar os fazedores de política, sendo assim de caráter mais prescritivo ou propositivo (HAM e HILL, 1993, *apud* DAGNINO *et all*, 2013).

Assim, conforme podemos compreender, analisar as alterações causadas por algumas Políticas Públicas na vida dos moradores da Reserva extrativista Chico Mendes, é entender, descrever e explicar as causas e consequências da ação política do Governo Federal e Estadual na vida de um determinado grupo. Ou, a falta de ação, como nos mostra o texto de Costa (2003), no qual relata que em seguida ao período da anexação do território acreano, antes boliviano, ao Brasil (1906), os moradores da região de Xapuri viviam a seguinte situação:

De nada valera aos acreanos o sangue derramado na defesa dos barrancos do Acre e o sacrifício imenso de dinheiro que fizeram para sustentação da jornada que tornara possível o Tratado de Petrópolis, porque os poderes públicos de seu país os tratava com desprezo comparável à dureza dos delegados bolivianos. Nada eram na ordem política; nada tinham na esfera material. Na vida local não tinham a menor interferência. Tudo lhes era negado. O direito de propriedade às terras ocupadas, que é no Território a questão mais vultosa, foi e continua inteiramente esquecida. Até a instrução primária lhes era recusada! O Congresso negou o ABC aos filhos dos maiores contribuintes do mundo, como já havia negado a seus pais os favores de uma administração eficiente e o exercício de direitos políticos outorgados a todos os cidadãos brasileiros (COSTA CRAVEIRO, 2003. p. 213).

Souza (2006) ressalta que outro conceito bastante mencionado e aceito para a definição de políticas públicas é o de Thomas Dye (2005), para ele governos fazem muitas coisas. Eles regulam conflitos no interior da sociedade, organizam sociedade para enfrentar conflitos com outras sociedades, distribuem uma grande variedade de recompensas simbólicas e serviços materiais para membros da sociedade, extraem

dinheiro da sociedade, mais frequentemente sob a forma de taxas. Então políticas públicas podem regular comportamentos, organizar burocracias, distribuir benefícios, ou extrair taxas ou todas essas coisas de uma só vez.

Em síntese, a política pública está no campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (DYE, 2005, *apud* SOUZA, 2006. p.26).

Para Souza (2006), Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Porém, a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, porquê e que diferença faz (DYE, 2005, *apud* SOUZA, 2006. p. 27).

Por fim, Souza (2006) conclui que das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar que: a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados e a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo (SOUZA, 2006, p. 26-27).

Tendo como base as definições sobre Políticas Públicas, temos que os moradores da RESEX Chico Mendes são os atores sociais das políticas desenvolvidas para a reserva. Vale ressaltar que, mais que público-alvo das políticas, estes atores atuam no desenvolvimento das políticas públicas, seja por promover as pressões necessárias, apresentar as demandas, etc. Assim, analisaremos na seção a seguir, um conjunto de políticas que tem impactado na vida destas pessoas.

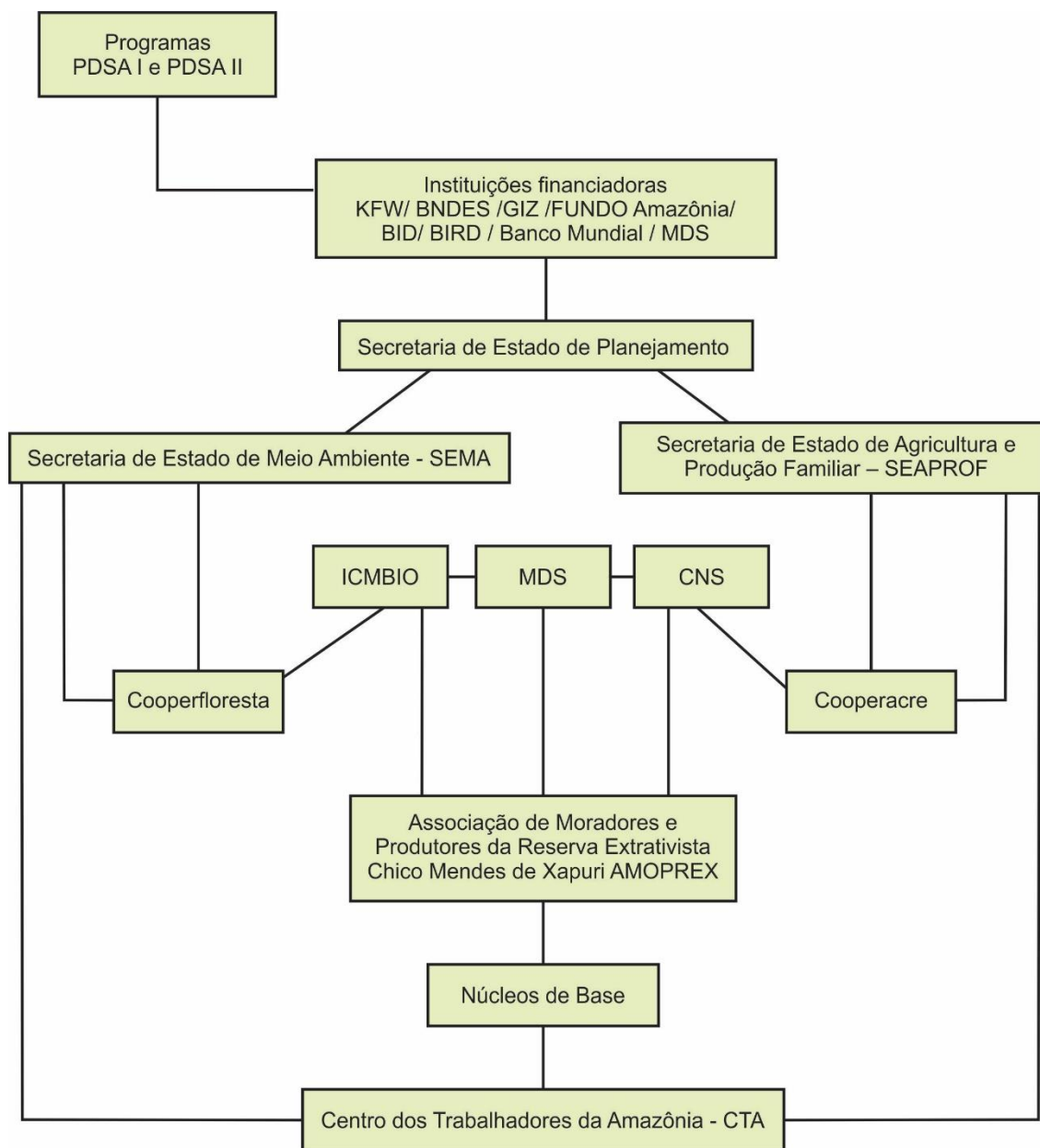
2.1 INSTITUIÇÕES QUE IMPLEMENTAM POLÍTICAS PÚBLICAS NA RESEX CHICO MENDES EM XAPURI E OS PROGRAMAS GERADORES DE SUAS AÇÕES

No decorrer dos registros para a elaboração do trabalho de pesquisa observamos que a Secretaria de Planejamento – SEPLAN, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, a Secretaria de Produção Familiar-SEAPROF, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – (ICMBio), o Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS, a Cooperativa de Comercialização da Produção Extrativista do Acre – COOPERACRE, a Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários – COOPERFLORESTA, a Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri – AMOPREX e seus representantes nos Núcleo de Base e o Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA, sempre se faziam representar nos encontros e reuniões de planejamento ou nos que tratavam dos interesses da Reserva Chico Mendes, no município de Xapuri.

Assim, para entender o protagonismo de cada uma destas instituições na implantação de políticas públicas na localidade e o encadeamento colaborativo de suas ações, fizemos um levantamento das informações institucionais por meio de um roteiro previamente elaborado), que foi respondido pelos gestores/colaboradores ou representante de cada uma das instituições abordadas.

Com as informações obtidas, elaboramos um organograma, no qual apresentamos os Programas geradores das ações institucionais, os órgãos financiadores dos projetos e as instituições, por ordem de intervenção, e posteriormente a descrição institucional de cada uma.

2.2 ORGANOGRAMA



2.3 O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ACRE - PDSA

De acordo com o Informe de Gestão Ambiental e Social (IGAS)¹, o Governo do Estado do Acre vem implementando desde o ano no período de 2002 o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (PDSA) I e II, autorizado pela Lei Estadual nº 1.420 de 18 de dezembro de 2001. O programa é financiado por várias instituições nacionais e internacionais e contrapartida do Estado com os objetivos de promover o desenvolvimento econômico sustentável, diversificar a produção da economia florestal, preservar o patrimônio natural, aumentar a contribuição do setor florestal e agroflorestal ao crescimento econômico e na redução da pobreza, manter o controle sobre o desmatamento e aumentar a participação do setor florestal na composição do Produto Interno Bruto (PIB).

O Programa é composto por três eixos:

Eixo 1 - Expansão e Consolidação de áreas protegidas e florestais comunitárias para uso sustentável: i) Expansão e consolidação das florestas estaduais para produção sustentável, com o objetivo de expandir e consolidar as áreas de florestas estaduais e a satisfação dos requisitos para produção sustentável. Apoio para o Manejo Florestal Comunitário, com o objetivo de prover apoio técnico e financeiro para facilitar vinculação entre produtores rurais e cadeias de valor no setor florestal.

Eixo 2 - Promoção de cadeias de valor florestais e agroflorestais competitivas e sustentáveis: i) Promoção de negócios florestais e agroflorestais, com o objetivo de aumentar a probabilidade de empresas estabelecerem novos negócios e/ou escolherem o Estado do Acre como provedor de produtos agroflorestais; Mecanismo de apoio para promover o desenvolvimento das cadeias de valor, com o objetivo de financiar os custos parciais de investimentos e assistência técnica para desenvolver e executar os planos de gestão de negócios nos grupos produtores rurais elegíveis, visando estabelecer vínculos comerciais viáveis com cadeias de valor agroflorestais; iii) Fundo de investimento em participações florestais, com o objetivo de dar suporte à estruturação de fundo privado de investimento, visando alavancar recursos

¹ Fonte: www.ac.gov.br/wps/portal/acre/Acre/home/ Informe de Gestão Ambiental e Social – IGAS. Publicação: 04/03/2013. Consulta: 11/10/2018.

financeiros, especialmente investidores institucionais, e transformá-los em projetos comerciais de reflorestamento.

Eixo 3 - Fortalecimento da Gestão Pública Florestal e Agroflorestal, com o objetivo de estabelecer um ambiente regulatório e políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento do setor florestal e agroflorestal e aumentar a capacidade institucional de gestão do setor florestal e agroflorestal.

2.4 INSTITUIÇÕES QUE FINANCIAM OS PROGRAMAS E PROJETOS QUE PROMOVEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA RESERVA EXTRATIVISTA, NO ÂMBITO DE XAPURI:

a) KfW Bankengruppe - é o agente do governo federal alemão para as operações de cooperação financeira oficial (créditos e contribuições financeiras) entre a Alemanha e os países em vias de desenvolvimento, conforme consta na página da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos².

O KfW foi criado em 1948, como autarquia do governo alemão com sede em Frankfurt/Main. A maior parte do seu capital social - 80% - pertence à República Federal da Alemanha, e 20% aos seus 16 estados.

A função original do KfW consistiu em repassar recursos do Plano Marshall para o setor privado alemão, contribuindo assim para financiar a reconstrução da economia do país no imediato pós-guerra. Com o tempo, o KfW passou a desempenhar novas atividades, transformando-se em banco de fomento da economia nacional alemã e de apoio aos países em desenvolvimento.

Tem, por incumbência do Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento, as funções de avaliar os projetos escolhidos de mútuo acordo entre os governos dos países em questão e o governo alemão, repassando os recursos oriundos desse ministério na forma de créditos, acompanhando a execução dos projetos, desde o seu início até sua conclusão.

No caso da cooperação financeira oficial entre a Alemanha e o Brasil, o KfW apoiou, principalmente projetos nos setores de saneamento básico, saúde e

² Fonte: Esta página foi publicada na Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=110.consulta>: 09/10/2018.

eletrificação rural. Porém a partir de 1992, no Brasil, as liberações de recursos são em grande parte a fundo perdido (doação) e restringem-se a uma nova prioridade: projetos de proteção e manejo sustentado das florestas tropicais. Trata-se de um programa do Grupo G7, cujo maior financiador individual é o governo alemão.

b) BNDES – O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), empresa pública federal, é hoje o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental (dados retirados do site do BNDES)³.

Desde a sua fundação, em 1952, o BNDES se destaca no apoio à agricultura, indústria, infraestrutura e comércio e serviços, oferecendo condições especiais para micro, pequenas e médias empresas. O Banco também vem implementando linhas de investimentos sociais, direcionados para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano.

O apoio do BNDES se dá por meio de financiamentos a projetos de investimentos, aquisição de equipamentos e exportação de bens e serviços. Além disso, o Banco atua no fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e destina financiamentos não reembolsáveis a projetos que contribuam para o desenvolvimento social, cultural e tecnológico.

c) GIZ – O Programa de Cooperação Técnica da Alemanha no Brasil é conduzido pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), encarregada de executar os projetos negociados e aprovados regularmente por meio das Negociações Intergovernamentais sobre Cooperação Técnica e Financeira entre Brasil e Alemanha, conforme informações retiradas do site do governo⁴. As reuniões são realizadas bianualmente com o objetivo de revisar o programa da cooperação realizado pela Alemanha com o Brasil, considerar novas propostas nas áreas prioritárias e novos temas, bem como registrar alocação de novos recursos pelo lado alemão.

A cooperação técnica Brasil-Alemanha é coordenada, do lado brasileiro, pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, e

³ Fonte: investimentos.mdic.gov.br/conteúdo/index/item/196. Consulta: 09/10/2018.

⁴ Fonte: www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoRecebida/BrasilAlemanha
Summary Record of the Negotiations on Development Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Federal Republic of Germany held in Brasília on 21 to 23 November 2007. Consulta: 09/10/2018.

a cooperação financeira pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Assuntos Internacionais. Do lado alemão a cooperação é financiada pelo Ministério para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ) e, desde 2008, conta com financiamento também pelo Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU), por meio da Iniciativa Internacional de Proteção do Clima (IKI), tendo como áreas prioritárias as florestas tropicais, a eficiência energética e energias renováveis.

d) Fundo Amazônia - O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, nos termos do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008. O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas: Gestão de florestas públicas e áreas protegidas; Controle, monitoramento e fiscalização ambiental; Manejo florestal sustentável; Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação; Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária; Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e Recuperação de áreas desmatadas. O Fundo Amazônia pode utilizar até 20% dos seus recursos para apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Conforme especifica a página que traz informações sobre o Fundo⁵, além da redução das emissões de gases de efeito estufa, as áreas temáticas propostas para apoio pelo Fundo Amazônia podem ser coordenadas de forma a contribuir para a obtenção de resultados significativos na prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas na Amazônia Legal. O Fundo Amazônia é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que também se incumba da captação de recursos, da contratação e do monitoramento dos projetos e ações apoiados.

e) BID - O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é a instituição financeira internacional que apoia iniciativas em países latino-americanos para reduzir a pobreza e promover a equidade de modo a fomentar a integração regional e o desenvolvimento sustentável. O Banco é constituído por 48 países, entre eles 26

⁵ Fonte: www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/. Consulta: 09/10/2018.

membros mutuários latino-americanos que têm participação majoritária na organização. (As informações foram retiradas do link externo do BID⁶).

Criado em 1959, além de empréstimos e financiamentos, o BIB também oferece doações, presta assistência técnica, bem como realiza projetos e pesquisas junto a governos, empresas privadas e organizações não governamentais.

Com sede em Washington, nos Estados Unidos, o BID possui representações em todos os países mutuários, além de um escritório regional em Tóquio e outro em Paris.

Para atingir seus objetivos, o Banco concentra os seus esforços em programas sociais, modernização do Estado, competitividade empresarial, integração regional e liberalização do comércio.

Parte integrante do BID, o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), criado em 1993, atua na promoção do investimento privado via fomento a projetos de desenvolvimento, especialmente relacionados a microcrédito e acesso a serviços financeiros por populações de baixa renda e pequenos negócios.

f) BIRD – conforme informações retiradas do site do meio ambiente do estado de São Paulo⁷, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) é uma instituição financeira internacional que oferece empréstimos a países em desenvolvimento de renda média. O BIRD é a primeira das cinco instituições que integram o Grupo Banco Mundial e está sediado em Washington, nos Estados Unidos da América. O BIRD e seu "braço" para empréstimos concessionais, a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), são coletivamente conhecidos como **Banco Mundial**, dado que compartilham as mesmas lideranças e as mesmas equipes. O banco financia entes/governos soberanos apenas na modalidade direta, ou projetos apoiados por governos soberanos.

g) Banco Mundial - O Banco Mundial, uma agência especializada independente do Sistema das Nações Unidas, é a maior fonte global de assistência para o desenvolvimento, proporcionando cerca de US\$ 60 bilhões anuais em empréstimos e doações aos 187 países-membros – conforme informações do site do próprio banco, na Internet⁸.

⁶ Fonte: Sebrae: ois.sebrae.com.br/comunidades. Consulta: 09/10/2018.

⁷ Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/fontesdecooperacao/internacional/bird.pdf>. Consulta: 09/10/2018.

⁸ Fonte: <https://nacoesunidas.org/agencia/bancomundial/>. Consulta: 09/10/2018.

O BIRD atua como uma cooperativa de países, que disponibiliza seus recursos financeiros, o seu pessoal altamente treinado e a sua ampla base de conhecimentos para apoiar os esforços das nações em desenvolvimento para atingir um crescimento duradouro, sustentável e equitativo. O objetivo principal é a redução da pobreza e das desigualdades. O trabalho do Banco em parceria com os países ressalta: o investimento nas pessoas, especialmente por meio da saúde e da educação básicas; a criação de um ambiente para o crescimento e a competitividade da economia; a atenção ao meio ambiente; o apoio ao desenvolvimento da iniciativa privada; a capacitação dos governos para prestar serviços de qualidade com eficiência e transparência; a promoção de um ambiente macroeconômico conducente a investimentos e a planejamento de longo prazo; o investimento em desenvolvimento e inclusão social, governança e fortalecimento institucional como elementos essenciais para a redução da pobreza.

O Banco Mundial é parceiro do Brasil há mais de 60 anos, e já apoiou o Governo brasileiro, estados e municípios em mais de 430 financiamentos, doações e garantias, que somam quase US\$ 50 bilhões. Independente das opiniões controversas sobre as reais intenções do Banco, fato é que anualmente são realizados em média US\$ 3 bilhões em novos financiamentos, em áreas como gestão pública, infraestrutura, desenvolvimento urbano, educação, saúde e meio ambiente.

O Banco Mundial tem sido parceiro do Brasil em programas inovadores e de resultados como o Bolsa Família, responsável pela importante redução da desigualdade social no Brasil; o DST/Aids, que é referência internacional na luta contra a epidemia; os projetos comunitários de desenvolvimento rural, que beneficiam mais de 51% da população rural do Nordeste e hoje são replicados em todo o mundo; e o ARPA, que ajuda o Brasil a proteger a biodiversidade em grande parte da Amazônia.

h) Ministério do Desenvolvimento Social – MDS - Em setembro de 2016, com a publicação da Lei 13.341, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado em 2004 para tratar da superação da pobreza e da fome, foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Com a medida provisória nº 782, de maio de 2017, o Órgão passa a ser nomeado como Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)⁹.

⁹ As informações foram retiradas do site do MDS: mds.gov.br/acesso-a-informação/institucional. (Publicado em 21/05/2015 17h53). Acesso em 09/10/2018.

O ministério mantém um sistema de proteção social como estratégia de combate à pobreza, em especial da pobreza extrema. Uma das políticas encampadas é o programa Criança Feliz, importante iniciativa para que famílias com crianças entre zero e seis anos ofereçam a elas ferramentas para promover seu desenvolvimento integral. O órgão coordena ainda o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dá suporte ao funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), faz a coordenação das ações Inter setoriais de superação da pobreza extrema e é responsável pelo maior programa de transferência de renda condicionada do mundo, o Programa Bolsa Família, que beneficia diretamente cerca de 50 milhões de pessoas.

Em 2016 o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também passou a integrar o MDS, com a concessão e pagamento de benefícios.

Além disso, o MDS é responsável pela gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza (FNCP).

As políticas são desenvolvidas e implementadas em parceria com estados e municípios, com ações conjuntamente pactuadas e por meio de repasses fundo a fundo. Organizações da sociedade civil também estão integradas aos sistemas unificados e desempenham funções importantes, tanto na área de assistência social quanto de inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional.

Instâncias colegiadas participam do ciclo de tomada de decisão e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento social, com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a Comissão Inter gestores Tripartite (CIT) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), este último ligado à Presidência da República.

Essa articulação entre gestores federais, estaduais, municipais e sociedade civil estabelece uma sólida rede de proteção e promoção social que quebra o ciclo de pobreza e promove a conquista da cidadania a milhões de brasileiros.

2.5 SECRETARIAS E INSTITUIÇÕES QUE IMPLEMENTAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA RESEX CHICO MENDES EM XAPURI.

a) **Secretaria de Estado e Planejamento – SEPLAN:** o Governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento – SEPLAN, tem convênios firmados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, Banco Alemão de Desenvolvimento – KFW, Banco Mundial, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Fundo Amazônia, que são instituições e órgãos financiadores dos projetos desenvolvidos no Estado do Acre e na RESEX Chico Mendes. A SEPLAN foi criada a partir de uma Lei Normativa Nº 191, de 31 de dezembro de 2008, aprovada pela Assembleia Legislativa Estadual com o objetivo e a finalidade de desenvolver entre outras atividades inerentes ao planejamento Administrativo e financeiro do Estado as atividades de Operação de Crédito relativas ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre - PDSA/ fase I e II. A SEPLAN é quem recebe os recursos oriundos das instituições financiadoras e repassar para as outras secretarias, conforme veremos adiante. Ela funciona como um guarda-chuva, e os repasses são disponibilizados de acordo com a execução dos planos de gestão das secretarias de Estado de Estado de Meio Ambiente – SEMA e Secretaria de Estado de Agricultura e Produção Familiar – SEAPROF, entre outras Secretarias de Estado¹⁰.

b) **Secretaria de Estado de Estado de Meio Ambiente – SEMA:** a SEMA foi criada para desenvolver a política de meio ambiente no estado do Acre, atendendo as diretrizes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, do Governo Federal¹¹. Atualmente, desenvolve, também, a Política Ambiental e Florestal do Estado do Acre. Em 2015, a política florestal, que era de responsabilidade da SEDENS, foi transferida para a SEMA. Dessa forma, a Diretoria de Floresta, seus departamentos e divisões, bem como o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas passaram a ser de responsabilidade da SEMA. Portanto, além dos Programas e Projetos de

¹⁰ **Fonte:** Informações prestadas pelo servidor Quesnay Souza de Lima, Diretor de Projetos Especiais do Governo do Estado, em entrevista realizada em 05 de junho de 2018.

¹¹ **Fonte:** Relatórios de gestão e documentos de referência de programas e projetos. Por Marky Brito, Diretor Executivo de Floresta em 05 de junho de 2018.

Meio Ambiente a SEMA passou a fomentar atividades de cunho florestal, tais como a gestão de florestas estaduais, o manejo florestal comunitário madeireiro e não-madeireiro e a produção de mudas florestais e frutíferas. Também fomenta atividades educacionais, de pesquisa, gestão de áreas naturais protegidas, recursos hídricos, arborização urbana, resíduos sólidos, manejo florestal comunitário madeireiro e não-madeireiro e a produção de mudas florestais e frutíferas. Na Reserva Extrativista Chico Mendes, atua no desenvolvimento de projetos de manejo florestal comunitário, manutenção de ramais, capacitações, saúde e saneamento, com a meta de atingir, aproximadamente 2.000 famílias.

Também fazem parte das suas atribuições e competências da SEMA planejar, coordenar, executar e supervisionar a política estadual de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, gestão territorial, floresta e serviços ambientais, de acordo com as diretrizes da política nacional de meio ambiente e o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA; Planejar, coordenar, executar e desenvolver os instrumentos de gestão do território estadual, considerando o Zoneamento Ecológico-Econômico, o Etnozoneamento, Ordenamento Territorial Local, Planos de Desenvolvimento Comunitário e o Cadastro Ambiental Rural; Planejar, coordenar e executar a política estadual de educação ambiental, recursos hídricos, resíduos sólidos, biodiversidade e acesso aos recursos genéticos; Planejar e apoiar a formulação de políticas estaduais de comando e controle ambiental, considerando o licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental; Planejar, coordenar e executar a criação, destinação e gestão de unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, a concessão de florestas públicas e a gestão do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - SEANP; Planejar, coordenar e executar planos, programas e projetos de incentivo ao extrativismo e manejo florestal sustentável em escala empresarial, pequena escala e comunitário madeireiro e não madeireiro; Planejar, coordenar e executar planos, programas e projetos de incentivo ao reflorestamento para fins ambientais ou econômicos; Desenvolver o serviço de assistência técnica, extensão e fomento florestal estadual, e articular a cadeia de valor de produtos florestais madeireiros e não madeireiros; Apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas de meio ambiente, floresta e serviços ambientais; Produzir e publicar estatísticas, inventários e informações ambientais e florestais do Estado do Acre.

c) Secretaria de Estado de Agricultura e Produção Familiar – SEAPROF: a SEAPROF executa, monitora e supervisiona 42 Planos de Gestão (subvenção direta e indireta), com investimentos na ordem de R\$ 52 milhões de reais, para consolidar as Cadeias Produtivas de valor da seringa, meliponicultura, piscicultura, castanha, PAA, açaí, logística de transporte e mecanização agrícola, beneficiando comunidades de agricultores familiares, extrativistas como o objetivo de aumentar a produção, o transporte, beneficiamento/industrialização e comercialização da produção¹².

O KfW (Banco de Desenvolvimento Alemão), financiador dos projetos nas áreas de proteção do clima e do meio ambiente, abastecimento de energia, abastecimento de água e saneamento básico, educação, saúde, fomento de pequenas empresas e desenvolvimento rural, através da SEAPROF, financia 04 (quatro) Cadeias Produtivas de Valor: a Cadeia do Mel, a Cadeia do Açaí, a Cadeia da Borracha e Murmurú. As ações são desenvolvidas em áreas de florestas nativas e áreas antropizadas, ou subutilizadas.

A SEAPROF também vem investindo no Programa de Mecanização Agrícola com o objetivo de diminuir o desmatamento e as queimadas, mecanizando áreas antropizadas ou subutilizadas. Nas áreas trabalhadas, a SEAPROF tem disponibilizado máquinas aos produtores, entregado sementes e mudas, para o plantio de culturas anuais ou perenes, além da assistência técnica no preparo das áreas. A contrapartida dos produtores consiste na manutenção do maquinário, nos pequenos reparos e na contratação do operador de máquinas.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, criado em 2003, é uma ação do Governo Federal para colaborar com o combate à fome e a pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Tem como público os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Os produtos destinados à doação são oferecidos às entidades sócio assistenciais devidamente cadastradas no programa.

Para os exercícios 2017/2018 foram previstos investimentos na ordem de R\$ 137 milhões de reais, recursos oriundos de acordos internacionais e nacionais, com os Bancos Mundial (BIRD), Interamericano (BID) e KfW, além do BNDES por meio do Programa Fundo Amazônia, voltados à agricultura de base familiar, com o objetivo de

¹² Fonte: SEAPROF, 2018. Plano Agrícola de Xapuri/2017. Paulo Sérgio Braña Muniz. Coordenador do Departamento de Produção Familiar. Em 02 de junho de 2018.

promover o desenvolvimento social e econômico em bases sustentáveis, preferencialmente de produtores/as rurais, visando o empoderamento social e econômico, na temática da organização comunitária com ênfase em Cooperativismo e Associativismo

Quadro 1: Resumo das cadeias produtivas e investimentos

| Cadeia produtiva / Programa | Investimento (R\$) | Nº de famílias beneficiadas | Fonte dos Recursos |
|------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|---------------------------|
| Seringa | 809.234,00 | 221 | PDSA II |
| Meliponicultura | 4.450,00 | 61 | KFW |
| Piscicultura | 144.000,00 | 44 | RP |
| Castanha | 3.540,030,57 | 296 | PDSA II |
| PAA | 117.500,00 | 48 | MDS |
| Açaí | 8.000,00 | 16 | KFW |
| Logística de transporte | 235.195,67 | 40 | MDA |
| Mecanização agrícola | 34.550,00 | 40 | RP |
| TOTAL | 4.927.357,77 | 766 | |

Fonte: SEAPROF. Plano Agrícola de Xapuri/2017.

d) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO: o ICMBio é uma autarquia em regime especial, criada em 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União. (ICMBIO, 2018)

Fazem parte das suas atribuições fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais. Entre as principais competências do ICMBio estão apresentar e editar normas e padrões de gestão de Unidades de Conservação federais; propor a criação, regularização fundiária e gestão

das Unidades de Conservação federais; e apoiar a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). (ICMBio, 2018).

O ICMBio deve, ainda, contribuir para a recuperação de áreas degradadas em Unidades de Conservação por meio de fiscalização e aplicação de penalidades administrativas ambientais ou compensatórias aos responsáveis pelo não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental; monitorar o uso público e a exploração econômica dos recursos naturais nas Unidades de Conservação onde isso for permitido, obedecidas as exigências legais e de sustentabilidade do meio ambiente, sendo, portanto, o órgão que faz a fiscalização e a gestão compartilhada da Reserva Extrativista com as Associações de Moradores e Produtores da Reserva extrativista Chico Mendes.

e) Conselho Nacional das Populações Extrativistas, antigo Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS: o CNS é uma organização de âmbito nacional que representa trabalhadores agroextrativistas organizados em associações, cooperativas e sindicatos criado em outubro de 1985, durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado na Universidade de Brasília. É resultado do trabalho em defesa da floresta liderado por Chico Mendes à frente dos empates¹, às derrubadas no Acre e da soma de iniciativas e esforços em defesa da reforma agrária que estavam ocorrendo em diferentes regiões da Amazônia. A organização cresceu e passou a articular e representar todos os trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas, reivindicando seus direitos como legítimos defensores da floresta¹³.

Seu Conselho Deliberativo é formado por 27 lideranças de diferentes segmentos agroextrativistas de todos os estados da Amazônia. São seringueiros, castanheiros, coletores de açaí, quebradeiras de coco babaçu, balateiros, piaçabeiros, integrantes de projetos agroflorestais, extratores de óleos e plantas medicinais, entre outras atividades. Suas atividades visam a melhoria da qualidade de vida, o uso sustentável dos recursos naturais da Floresta Amazônica e pelo direito à terra. O foco de suas ações está, principalmente, na organização dos povos da floresta, seja por meio de projetos demonstrativos locais, quanto na influência sobre as políticas públicas regionais e nacionais.

¹³ **Fonte:** informações prestadas em entrevista por Fátima Cristina da Silva, colaboradora do CNS por 20 anos e atual chefe da Unidade de Conservação Reserva Extrativista Chico Mendes no Acre pelo ICMBio.

O CNS é, hoje, uma das principais instituições que atuam na organização das populações extrativistas da Amazônia visando proteger o meio ambiente e conservar a diversidade biológica promovendo políticas de fortalecimento à produção extrativista que atenda o interesse do segmento nas áreas de crédito, assistência técnica, inovação tecnológica, infraestrutura, cooperativismo e gestão; Luta para que as populações extrativistas sejam atendidas pelo Estado nos serviços de saúde, saneamento, educação e previdência social e assistência social; Desenvolve atividades de formação, promove e estimula manifestações culturais, esportivas, de lazer, valorizando a arte, o folclore e o artesanato da região, resguardando o modo de vida dos habitantes da Floresta Amazônica; Divulga em nível nacional e internacional a luta das populações extrativistas, modo de vida e os objetivos do próprio CNS; Estabelece relação com as populações indígenas e outros segmentos sociais, considerando a semelhança do modo de vida e respeitando as especificidades de cada grupo; Capacita recursos humanos voltados para a defesa dos recursos naturais e do homem da Amazônia e promove a realização de encontros municipais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais de interesses específicos das populações extrativistas.

O Conselho Deliberativo do CNS que se reúne 02 vezes por ano ordinariamente, para conduzir as articulações políticas junto aos conselhos e grupos de trabalhos instaurados pelos ministérios nos quais o CNS possui representação e voto. Extraordinariamente, o CNS também realiza encontros para apresentação de projetos em negociação ou em execução, sempre que haja necessidade e suas avaliações são feitas através de consultorias externas. O CNS, por representar os extrativistas, atua diretamente junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, articulando as Políticas direcionadas para as Reservas Extrativistas.

f) Cooperativa de Comercialização da Produção Extrativista do Acre – COOPERACRE: conforme informações prestadas pelo Coordenador de Assistência Técnica e Extensão Rural, Adriano Alex Santos e Rosário, a COOPERACRE é uma cooperativa que desenvolve projetos junto a seus associados para o fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade (castanha, borracha e fruta). Fundada em dezembro de 2001 a partir da iniciativa de três cooperativas (COOPERIACO, de Sena Madureira; COOAF de Feijó, e COOPASFE de Capixaba), atualmente reúne 40 associadas entre cooperativas e associações que estão presentes em 14 dos 22 municípios do Estado, atendendo diretamente mais de 2.000 famílias de extrativistas

e agricultores familiares, dentro os quais estão os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Município de Xapuri. Em 2002, suas atividades realizadas eram básicas, porém essenciais naquele momento da produção agroextrativista: armazenamento e comercialização de castanha e borracha in natura. Em 2003 e 2004, a Cooperativa conseguiu acessar os primeiros financiamentos públicos, junto ao Governo Federal, por meio de Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Isso possibilitou ampliar sua capacidade de compra e comercialização de castanha (com capital de giro), além do fortalecimento de outros elos das cadeias de valor.

A Cooperativa passou a receber investimentos do BNDES e BID para o fortalecimento de cadeias produtivas e modernização do processo tecnológico. Os projetos apoiam todos os elos das cadeias produtivas da produção in natura da castanha até a comercialização com agregação de valor. Também fazem parte de suas atividades a execução do Plano de gestão da cadeia de valor da borracha que inclui o extrativismo sustentável e o fortalecimento da economia de base florestal do Acre e cuja finalidade é divulgar e implementar o cooperativismo/associativismo; contribuir para o fortalecimento de uma economia de base florestal multicadeias (castanha, polpas de frutas e borracha); recuperar áreas degradadas e alteradas através da adubação verde e a implantação de Sistemas Agroflorestais – SAFS e garantir a compra da produção para o abastecimento das indústrias.

A Rede COOPERACRE tem como principal fortaleza a credibilidade junto ao poder público, ao mercado e aos extrativistas, resultado conquistado com muito trabalho e apoio de vários parceiros, dentre os quais BID, BNDES, Governo do Estado via SEPLAN /AMOPPREX. A credibilidade conquistada permitiu acessar políticas públicas e crédito para o desenvolvimento e fortalecimento das cadeias extrativistas, acesso a capital de giro, criou infraestrutura, gerou tecnologia, inseriu e consolidou os produtos comunitários no mercado, desenvolveu padrão de qualidade e volume de produção, dentre outros que resultaram em ganhos sociais e econômicos para as famílias beneficiárias da RESEX Chico Mendes, afiliadas ou não da cooperativa. Em 17 anos de existência a COOPERACRE conseguiu colocar a produção agroextrativista do Estado do Acre numa posição nunca antes alcançada, tornando-se assim uma referência de empreendedorismo comunitário na Amazônia.

g) Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários – COOPERFLORESTA: a COOPERFLORESTA foi criada pelos extrativistas do Acre como forma de organização após o Zoneamento Ecológico Econômico estabelecer a

Política de Manejo Florestal madeireiro, com objetivo de proporcionar renda, melhoria da qualidade vida dos extrativistas e conservação ambiental no Estado do Acre¹⁴. O manejo madeireiro consiste no corte, beneficiamento e comercialização de madeira, após ser feito o inventário florestal nas comunidades. Se as comunidades estiverem de acordo com a retirada de madeira, a AMOPREX reúne os comunitários interessados, pactuam os critérios da retirada da madeira de suas áreas e a COOPERFLORESTA com seus equipamentos (serraria móvel, caminhão) e operadores de corte, extrai da floresta as árvores em ponto de corte, beneficia, estoca, comercializa a madeira retirada da comunidade, faz a gestão e distribui os benefícios.

Desde o ano 2011 a AMOPREX vem recebendo investimentos na ordem de R\$166.499,76 para a elaboração e implantação do Plano de Manejo Florestal e Plano Operacional Anual. Em 2014, através do Convênio 032/2014 COOPERFLORESTA/AMOPREX, a Associação recebeu do Programa para Pioneiros de Pagamento por Resultados (REM), do Banco Alemão de Desenvolvimento (KFW), investimentos no valor de R\$ 230.000,00, que beneficiou 45 famílias, no apoio à produção e comercialização florestal, com pagamento antecipado da safra. Os recursos para incentivo e consolidação das cadeias produtivas estão alocados no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA I), cuja a fonte é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (SEMA, 2018).

A visão da Cooperativa é ser reconhecida nacional e internacionalmente, como uma Cooperativa moderna, eficaz e comprometida com o manejo florestal de uso múltiplo comunitário. Inicialmente o objetivo era comercializar a madeira de manejada pelas comunidades dos Projetos de Assentamento Porto Dias no Município de Acrelândia, Cachoeira e Equador, estes dois últimos localizados no Município de Xapuri.

Hoje as atividades da Cooperativa abrangem o Polo Agroextrativista (PAE) São Luís do remanso, no município de Capixaba e a reserva Extravista Chico Mendes, na região de Xapuri. O Manejo Madeireiro inclui inventário, exploração e comercialização. Para isso foram feitos investimentos oriundos do financiamento do BID para aquisição de equipamentos maquinários e como meta tinham a inclusão de 100 famílias de manejadores. Porém fazer manejo madeireiro é caro e burocrático (segundo o

¹⁴ Fonte: entrevista realizada com Dionísio Aquino (Presidente) e Jarde da Silva Freitas (Coordenador da Cooperfloresta)

presidente Dioniso Aquino), pois requer a elaboração de inventário das árvores, regularização e aptidão dos manejadores. Desafio que a Cooperfloresta tenta superar. Atualmente estão associadas 97 famílias, da meta inicial que era de 100 famílias. Os associados atuam na construção das propostas da Cooperfloresta tanto no momento da construção quanto da implantação e possuem o selo de Certificação Florestal Socioambiental da Certificadora FSC. A Instituição realiza avaliações mensais das suas ações e quando necessária, é feita auditoria externa.

A COOPERFLORESTA, em parceria com a Universidade Federal do Acre (UFAC), o ICMBio e a Organização Não governamental WWF/Brasil fazem o monitoramento socioeconômico e ambiental nas comunidades participantes do manejo comunitário, buscando mensurar o impacto do manejo nas comunidades observadas, de modo que possam entender os componentes e etapas do processo e assim poderem projetar cenários futuros.

h) AMOPREX – Associação dos Moradores e Produtora da reserva Extrativista Chico Mendes/Xapuri - Desde o ano 2011 vem recebendo investimentos para a elaboração e implantação do Plano de Manejo Florestal e Plano Operacional Anual. Em 2014, através do Convênio 032/2014 COOPERFLORESTA/AMOPREX, a Associação recebeu do Banco Alemão de Desenvolvimento (KFW), investimentos no valor de R\$ 230.000,00, que beneficiou 45 famílias, no apoio à produção e comercialização florestal. Os recursos para incentivo e consolidação das cadeias produtivas estão alocados no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (PDSA I), cuja a fonte é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)¹⁵.

i) Núcleo de Base – de acordo com a ICMBio (2018), os Núcleos de Base foram criados dentro de cada Associação de Moradores da Resex Chico Mendes com o objetivo de estabelecer um canal permanente de comunicação, representatividade e participação dos moradores nas instâncias de decisões da Unidade de Conservação - UC e na identificação de demandas de políticas públicas para as comunidades.

j) Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA: o Centro dos Trabalhadores da Amazônia – CTA tem desenvolvido suas ações na região do Município de Xapuri desde o ano de 1983, quando foi criado para dar sustentação institucional ao Projeto Seringueiro (iniciado em 1981), atuando na alfabetização de adultos pelo método

¹⁵ Fonte: entrevista com Sebastião (Tião) Pereira (Presidente da AMOPREX)

Paulo Freire, ações de saúde comunitária preventiva e curativa, cooperativismo e educação sindical¹⁶.

Em 1985 organizou o I Encontro Nacional de Seringueiros em Brasília, que culminou com a criação do Conselho Nacional de Seringueiros e com a expansão da ideia de criação das Reservas Extrativistas, que então vinha sendo discutida em Xapuri. Ao longo dos anos, a instituição alcançou objetivos muito propícios, como a conquista de um prêmio oferecido pelo UNICEF pelo projeto de formação de professores seringueiros. Há época, seu o maior desafio era encontrar quadros para atuar nas condições do seringal, pois as atividades eram realizadas diretamente na floresta e poucas pessoas se adaptavam as condições das áreas inóspitas. Posteriormente a equipe que fundou o CTA passou a atuar como equipe formadora e multiplicadora formando os egressos da própria escola para atuarem nas diversas demandas em que a instituição atuava, como a educação escolar, organização comunitária, política sindical e de saúde.

No início das atividades da instituição as avaliações eram constantes e faziam parte do processo educativo. A estratégia participativa era facilitada pelo fato das pessoas que compunham o quadro técnico do CTA, em sua maioria, residirem nos seringais e terem uma interação direta com os extrativistas. Passando a atuar na elaboração, execução e acompanhamento de projetos ligados ao manejo florestal madeireiro e não madeiro, as avaliações passaram a ser feitas de acordo com o cronograma das ações de cada projeto.

Desde o ano de 2015 até junho de 2018 o CTA executou o Projeto SANEAR (construção de tecnologias sociais) com financiamento no valor de R\$ 2 milhões, feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS em parceria com o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS e o Memorial Chico Mendes - MCM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituído na forma de associação, qualificada como OSCIP, com sede e foro em Manaus-AM.

Na região da RESEX Chico Mendes em Xapuri foram construídas 140 (cento e quarenta) unidades de captação de água da chuva e 140 banheiros com fossa séptica, beneficiando diretamente 140 famílias que passarão a ter acesso a água de qualidade e saneamento básico. O CNS junto com o Memorial Chico Mendes, responsável pela contratação do CTA enquanto instituição executora da Tecnologia social, realizou 02

¹⁶ Fonte: Entrevista com Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (professor e sócio fundador do CTA)

encontros (o primeiro na cidade de Manaus, nos dias 09, 10, e 11 de abril de 2017 e o segundo em Belém nos dias 06, 07 e 08 do mês de abril de 2018) com o objetivo de avaliar e discutir, sobretudo, os processos e experiências adquiridas e apreendidas no trabalho de levar água e saneamento na Amazônia para as comunidades das Reservas Extrativistas, bem como a tendência do Projeto SANEAR, no atual cenário político do Estado brasileiro, como Programa Estratégico para a qualidade de vida das populações extrativistas.

3 A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA SOBRE AS ALTERAÇÕES QUE A IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESTÁ CAUSANDO EM SEU MODO DE VIDA

Observando o cenário atual na região delimitada, a partir da participação e registro das 03 (três) reuniões de planejamento dos Núcleos de Base (NB) e nas atividades referentes a Reserva Extrativista, os dados que obtivemos durante a reunião no Seringal Floresta, colocação¹⁷ Rio Branco, nos dias 17 e 18 de março de 2017, quando o Presidente Tião do Moisés faz a apresentação das atividades da AMOPREX, foi que a quantidade de famílias na área é de 850, num total aproximado de 3.500 pessoas; os moradores associados e legalmente representados pela Associação é de 800 famílias; que 80% dessas famílias (640) foram beneficiadas, direta ou indiretamente, pelas Políticas Públicas implementadas na localidade através da parceria da Associação com o Governo do Estado no ano de 2016.

Uma das instituições que financia as políticas para a RESEX é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os segmentos contemplados com a implantação das Políticas foram habitação, piscicultura, saneamento, manejo florestal, educação, formação técnica para o mercado de trabalho, infraestrutura e produção de farinha. Ainda sobre as observações e registro dos problemas e demandas colocadas pelos moradores, na primeira reunião, foram formados grupos, compostos pelos representantes dos núcleos de base que desenharam o espaço geográfico das comunidades onde vivem, o que produzem, os benefícios existentes e as necessidades quanto as políticas públicas.

O resultado foi uma lista do que eles reconhecem como benefícios ou pontos positivos. Foram considerados benefícios existentes nas comunidades: escola de ensino fundamental e médio (com críticas ao modelo pedagógico), casa de farinha (local onde a mandioca é transformada em farinha); armazém para estocagem de castanha; peladeira de arroz (máquina de beneficiamento); ramal transitável (estrada que permite trânsito de veículos) durante todo o ano; energia elétrica; venda da produção de castanha para a COOPERACRE; manejo madeireiro (ainda que necessitando de alguns ajustes); potencial mercado para o látex; plantio de frutíferas (fomentado pela COOPERACRE); criação de pequenos animais; acesso ao Programa

¹⁷ Informação verbal (durante entrevista)

de Aquisição de Alimentos(PAA); os Planos de Desenvolvimento Comunitários (PDC's) implementados; caça e roçados de sobrevivência); apicultura; extração de óleo de copaíba; madeira; açai; festa do dia dos pais (nas comunidade II irmãos, Espalha e São João do Guarani); construção de açudes (lagos) para a criação de peixes; execução do Projeto Sanear.

Foram considerados como demandas, problemas, ou pontos negativos de algumas comunidades: a venda da castanha para atravessadores (Intermediários que compram a produção de castanha do extrativista a preço baixo e revende para a Cooperativa ou para a indústria de beneficiamento por um preço maior); o baixo preço pago pelo látex; necessidade de novos acordos entre a COOPERFLORESTA e os comunitários quanto a atividade de manejo madeireiro; necessidade de ampliação dos ramais e do Programa Luz para todos que leva energia elétrica para as comunidades; retomada da comercialização de látex com a NATEX (a comercialização estava suspensa); falta de escola de ensino fundamental e médio em 02 comunidades; falta de uma peladeira de arroz (máquina de beneficiamento) e de armazém para a estocagem da produção; criação extensiva de gado além do permitido no Plano de uso da RESEX; uso de cachorro para a caça de animais; colocações superlotadas; ausência de assistência técnica para a manutenção dos açudes e florestas plantadas; ocupações ilegais de terras na RESEX; venda de colocações (não é permitido pelo ICMBio); ausência de fiscalização por parte do ICMBio, loteamento de colocações; rádio 06 de agosto fora do ar (o rádio é um tradicional meio de informação nos seringais); necessidade de renovação dos marcos que delimitam as colocações; ramais (estradas) sem condições de trafegabilidade durante o período chuvoso; arrendamento de pasto (02 comunidades); energia solar ineficiente; falta de assistência à saúde (01 comunidade); ausência de Assistência técnica por parte da SEAPROF e COOPERACRE; necessidade de recuperação de áreas alteradas; venda ilegal de madeira (01 comunidade); necessidade de reforma e ampliação do Centro Comunitário; necessidade de melhoria do porto fluvial na comunidade II irmãos; retomada das atividades esportivas; falta de organização para a venda da castanha; moradores que não participam de reuniões comunitárias; falta de uma balsa para fazer a travessia do rio na comunidade Filipinas; organização comunitária frágil; o modelo de escola igual ao da cidade afasta as crianças e os jovens do roçado e do corte da seringa, pois não têm tempo para aprender o "ofício" de cortar seringa; sugestão para que a produção de mudas para a floresta plantada sejam feitas pelas comunidades

porque as mudas distribuídas pela SEAPROF não têm qualidade; divisão religiosa; falta de PDC em várias comunidades e ausência do ICMBio como instituição orientadora quanto aos direitos e deveres dos moradores.

Frente a esse cenário os participantes tiraram como encaminhamentos a construção de uma agenda de reuniões a cada dois meses nas comunidades para dar continuidade ao planejamento dos Núcleos de Base e a AMOPREX deverá disponibilizar, para cada representante de Núcleo de Base, o mapa (colorido) da Reserva, cópia do estatuto da Associação e formulário de encaminhamento de denúncias ao ICMBio.

Na segunda reunião que aconteceu no seringal II irmãos os benefícios e as demandas apresentados foram bastante semelhantes ao da primeira reunião (existência de escola; acesso ao crédito habitação; ramal acessível; projeto sanear; programa de piscicultura; programa floresta plantada; compra da produção de castanha pela COOPERACRE), com exceção de algumas ocorrências específicas da localidade consideradas como positivas: o pouco desmatamento nas comunidades Palmari/Cruzeiro; retirada regular do lixo pela prefeitura; existência de casa para armazenamento e beneficiamento do açaí e a organização dos Núcleos de Base em algumas comunidades. As demandas foram específicas como falta de transporte escolar; necessidade e ampliar a piscicultura; falta de um centro comunitário; falta de saneamento; falta de qualidade e frequência no atendimento de saúde; falta de legalização das famílias no banco de dados do ICMBio; falta de informações que permitam os comunitários entenderem o sistema de cooperativismo e a política de preço da COOPERACRE para os produtos ofertados. Quanto aos problemas ou pontos negativos foram elencados a venda ilegal de madeira, falta de união entre os comunitários; caça ilegal; pesca ilegal; morte de peixes por uso de veneno; falta de participação da juventude nas reuniões comunitárias; venda de bebida alcóolica nas comunidades; alto índice de consumo de álcool e outras drogas.

A terceira reunião ocorrida no Seringal Nazaré, colocação nova vida, nos dias 06 e 07 de outubro de 2017, teve por objetivo cumprir a agenda de reuniões estabelecidas na primeira reunião, complementar informações dos Núcleos que ainda não haviam participado e construir um plano de vida para a com base no diagnóstico participativo realizado nas 2 (duas) reuniões anteriores, com as contribuições desse. O encontro contou com a participação de representantes de 9 (nove) núcleos de Base, do

presidente da AMOPREX, técnicos colaboradores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) EMBRAPA/Ac e Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA).

No primeiro momento do encontro foi apresentada a memória dos encontros anteriores e os respectivos temas discutidos pelos comunitários associados. Os temas abordados e compartilhados foram organizados nos segmentos: saúde; educação; infraestrutura; produção; meio ambiente; turismo comunitário e organização.

Contudo, para este encontro, foram avaliadas Políticas Públicas nos seguintes segmentos: educação saúde, infraestrutura e produção e os participantes acrescentaram o que existia de benefícios e demandas ou pontos positivos e negativos em suas comunidades. Finalizadas as intervenções e contribuições registramos que em relação as reuniões anteriores surgiram como demandas no tema educação: o ensino superior na RESEX; transporte escolar para todos; ampliação do número de escolas de ensino fundamental e médio com Plano Político Pedagógico diferenciado para a realidade da RESEX e que esteja em consonância com o desenvolvimento comunitário; que considere o direito à formação integral das crianças e adolescentes, as experiências já existentes na educação de jovens e adultos (EJA), como o Projeto seringueiro desenvolvido pelo CTA e o modelo de escola de alternância.

No tema saúde, os participantes apresentaram as seguintes demandas: falta de unidades de saúde que atenda as comunidades no interior da RESEX; contratação de profissionais para o Programa saúde da família (PSF) e aumento do número de Agentes Comunitários de Saúde (ACS); aquisição (pela prefeitura) de veículo que agilize o atendimento às comunidades em casos de emergências.

Quanto à infraestrutura, as demandas apresentadas foram: 100% das comunidades atendidas com energia elétrica do O Programa Luz para todos; garantir ramais de qualidade para todos; ramais com trafegabilidade ao ano todo para a mobilidade do moradores e escoamento da produção; implantação de rede de telefonia; cada Núcleo de Base ter um centro comunitário de referência como espaço de construção de conhecimento e convivência; implantação da energia solar de qualidade; identificação dos investimentos realizados com recursos públicos e a forma de utilização, individual e coletiva, para definir a forma de gestão (Caminhões, quadriciclos, motores e outros bens utilizados no processo de produção comunitária).

No tema da produção, os participantes apontaram como demandas: a necessidade de consolidação do plantio de frutíferas para abastecer a

COOPERACRE; o incentivo à criação de pequenos animais; necessidade de acesso ao programa de aquisição de alimentos e venda de produtos para a merenda escolar; consolidação da cadeia produtiva da castanha; consolidação do manejo madeireiro e de produtos de manejo não madeireiro (copaíba, açaí e outros); consolidação da cadeia de apicultura; consolidação da criação de peixe e gado; aumento da produção de farinha; consolidação do programa floresta plantada e da política para a produção de borracha qualhada e látex in natura.

O segundo momento desse encontro foi uma dinâmica na qual o mediador relacionou o passado, o presente e o futuro. A dinâmica tinha por objetivo mostrar e comparar os três momentos da RESEX Chico Mendes. Onde o passado foi a luta dos seringueiros pela posse da terra, a manutenção da floresta preservada e a criação da própria RESEX. O presente são as políticas públicas, os avanços socioeconômicos, os conflitos e as demandas atuais. O futuro são os desafios a serem superados, as expectativas e os sonhos dos que vivem na floresta e da floresta, para a construção de um modelo de desenvolvimento que permita a preservação dos valores, da identidade dos extrativista e seu modo de vida. Porém, sem abrir mão dos benefícios sociais e econômicos, trazidos pelas Políticas Públicas. Nas falas dos participantes foi possível perceber que eles estão cientes de que para as demandas serem atendidas e os desafios superados, os moradores dependem de parcerias com os governos federal, estadual e municipal. E é através da AMOPREX e que a implantação das políticas públicas, quer direta ou indiretamente, estão conectadas aos movimentos sociais, dos quais eles, moradores, são legítimos representantes. Para confirmar, esse momento Steinberger, (2006), aponta que quando tratamos de políticas públicas não podemos deixar de considerar que o Estado não pode mais desconhecer a existência de poderes plurais nos quais estão inseridos os movimentos sociais.

As políticas públicas de agora não podem mais ser aquelas que definiam autoritariamente metas e recursos para sujeitos tomados como público-alvo, como se não tivessem projetos próprios. Enfim, a expectativa é que se adote um planejamento compartilhado entre o Estado e a Sociedade, por meio da construção de pactos e compromissos enunciados em políticas públicas nacionais cuja finalidade última seja promover a transformação social (STEINBERGER, 2006, p. 30).

A observação nos debates ocorridos nas reuniões de planejamento e os resultados do 1º Chamado da Reserva contribuíram para aumentar minha percepção

de que os problemas apresentados eram comuns nas comunidades ali representadas; os benefícios levados pelas políticas públicas ainda não atendiam a todos os moradores e as instituições que fomentam as políticas, mesmo procurando atuar de modo integrado, ainda precisam consolidar suas ações para a obtenção dos resultados esperados. Assim, visto, também, que ocorreram avanços indiscutíveis resultantes das políticas implementadas, passamos a fazer as entrevistas com os beneficiários, para saber suas impressões sobre quais Políticas Públicas estão impactando o seu modo de vida. Os entrevistados são moradores da RESEX em Xapuri, mas são, também, atores sociais, novos extrativistas que contribuem para a promoção das Políticas Públicas na localidade.

Sobre a educação, a coordenadora do ensino rural das escolas estaduais no Município de Xapuri, Maria Nilda Lima de Souza, relata que a educação até o ano 2000 apresentava uma situação bastante crítica. Mas que as Políticas públicas implementadas pelo Estado e o Município foram impactantes no sentido de que melhorou visivelmente a infraestrutura física das escolas, incentivou a qualificação dos professores da rede de ensino através da formação continuada. Além disso, reduziu a taxa de analfabetismo, dos índices de abandono, reprovação e da distorção idade-série nos primeiros anos do ensino fundamental. Informou também que atualmente, na Reserva existem 08 (oito) escolas de ensino fundamental e 04 (quatro) de nível médio que atendem 412 (quatrocentos e doze) alunos, aproximadamente. Mas pelo visto não é suficiente para os moradores e o modelo de currículo escolar – o mesmo usado nas escolas urbanas – resulta em uma formação que leva os alunos a buscarem, no final dos ciclos fundamental e médio, emprego na cidade e a fazerem concursos públicos. Outra situação colocada foi a de que não há um sentimento de pertencimento ao território, que seria fruto do processo educacional, principalmente entre os jovens. Ao concluírem o os ciclos educacionais ofertados nas proximidades, os jovens estão deixando de viver na floresta, sem se dar conta que como beneficiário da Unidade de Conservação, poderiam vir a ter uma qualidade de vida superior à qual irão ter na cidade e que como extrativistas podem obter um rendimento econômico maior de que como empregado na iniciativa privada ou mesmo no serviço público.

Para Sebastiao Nascimento de Aquino, Licenciado em Matemática pela Universidade Federal do Acre (UFAC), ex-presidente da AMOPREX, atual diretor de gestão da COOPERACRE em Xapuri e morador do Seringal Dois Irmãos na “colocação Já começa”, a política de maior impacto na vida dos moradores da RESEX

foi, com certeza, a educação. Já que através da escolarização formal foi possível a jovens como ele acessarem a formação superior e assim assumir cargos na gestão de organizações como a AMOPREX e a COOPERACRE. “Tião Aquino”, como é mais conhecido, ressalta que a educação é fundamental para o desenvolvimento da cidadania plena e ter uma visão mais ampla que leva os moradores da RESEX a contribuir para o desenvolvimento local sustentável e, acima de tudo, voltado para a coletividade.

Quanto ao tema da Saúde verificamos que a rede de saúde estadual, atualmente, oferta serviços de atenção básica, média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, na maioria dos municípios e inovou com a implantação do Programa Saúde Itinerante, garantindo aos municípios com insuficiência de oferta da média complexidade e na atenção básica, o atendimento em diversas especialidades. Porém, quando se trata da saúde dos moradores da RESEX os estudos apontam que os serviços são precários e que a população da Resex vem constantemente demandando melhoria no atendimento e ampliação dos serviços.

Sobre a Infraestrutura e a Produção, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri – STTRX, Francisco de Assiz Monteiro de Oliveira, disse a Política Pública que causou maior impacto na vida dos moradores da Reserva foi o piçarramento (melhoria) dos ramais. Segundo ele, o governo ao investir na infraestrutura das estradas e ramais impactou na produção que, tendo como ser levada aos centros consumidores, estimula o produtor a plantar e aumentar a produção. Como consequência, circula mais dinheiro dentro da reserva e também na cidade, pois os produtores passam a consumir produtos que são vendidos na cidade e adquirir meios de transportes como motos e carros. E, ter um veículo para quem mora na floresta muda tudo. Os moradores podem ir e vir das colocações à cidade em menor tempo, consumir os produtos industrializados que são vendidos na cidade faz com que costumes, por exemplo, o de comer carne de caça reduza e está se tornando cotidiano comer pão no café da manhã. Com os ramais em condições de tráfego os alunos chegam mais rápido à escola e o professor – que as vezes mora na cidade – pode ir todos os dias lecionar nas escolas da floresta; em caso de acidente, como já aconteceu, o veículo do “SAMU” pode chegar ao local onde está a vítima e salvar a vida do acidentado; ou o mesmo pode ser transportado até onde tenha mais recursos humanos e hospitalares para ser atendido.

Fato é, segundo Assiz Monteiro¹⁸ (2018), que a infraestrutura de pavimentação e melhoria dos ramais impactaram e mudaram profundamente a vida dos moradores da RESEX sob vários aspectos e principalmente essa nova geração de extrativistas. Para ele que mora no seringal Equador, os jovens da região não precisam mais abandonar seu lugar de moradia para ter formação superior. O ramal estando trafegável permite que eles se desloquem das suas colocações até a cidade onde está o núcleo da Universidade.

Ele, Assiz, por exemplo, é licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Acre e fez o curso no núcleo da UFAC em Xapuri. Assim como ele, outros moradores e moradoras da RESEX podem avançar nos estudos sem precisar mudar para a cidade. E ele, mesmo estando na presidência do STTR, tem na sua área um SAF com seringueiras, acerolas, goiabeiras, bananeiras, além de pequenos animais; e vive da produção dessa área. Finaliza dizendo: “Sem ramal não tem como produzir para vender”, já que o desenvolvimento socioeconômico regional está relacionado às condições de infraestrutura física dos sistemas de transportes, energia, comunicação e armazenamento.

O presidente da COOPERFLORESTA, Dionísio Barbosa de Aquino, falou que “a primeira política que provocou mudança foi os seringueiros terem sido alfabetizados lá atrás no Projeto Seringueiro, criado pelo CTA. Aprender a ler e a escrever foi importante para tirar os extrativistas da mão do patrão e depois ir tomando consciência política para entender o que o Chico Mendes falava”. Mas hoje, o que tem feito com que as coisas mudem é a economia. A renda familiar aumentou em consequência do aumento da produção que faz com que o extrativista tenha dinheiro na mão. Também a infraestrutura melhorou muito. O melhoramento dos ramais para escoar a produção, as políticas de financiamento do governo federal para os extrativistas. Tudo isso que está relacionado à economia, tem impactado e causado mudanças no modo de vida dos moradores da RESEX. Contudo, segundo “Daú”, como Dionísio Barbosa é conhecido em Xapuri, algumas dificuldades precisam ser faladas. Porque nem tudo está como os mais antigos, que lutaram junto com Chico Mendes pela preservação da floresta, gostariam que fosse. A começar pelo manejo florestal madeireiro. Para ele o modo como se tem manejado a madeira está errado. Era para a madeira sair da reserva já em formato de móveis (mesas, cadeiras e outros) ou beneficiada de

¹⁸ Informação verbal (durante entrevista)

maneira que agregasse maior valor ao produto e não em torras ou apenas serrada com tem acontecido. Outro problema, segundo ele, é a dificuldade que os extrativistas, principalmente os novos, têm em não conseguir olhar a reserva de maneira empreendedora. Em geral os jovens depois que concluem o ensino médio ou mesmo os que chegam a graduação na universidade, almejam passar em um concurso público. Mesmo os com baixos salários. Quando, segundo, Daú, deveriam estar se preparando para assumir as colocações, numa perspectiva empreendedora, no lugar dos seus pais. “Porque se os jovens souberem trabalhar direitinho, podem ganhar mais do que como empregado no governo”.

Maria de Araújo Aquino, moradora do seringal II irmãos e atual coordenadora municipal da SEAPROF em Xapuri, falou que, na sua compreensão, a política que causou maior impacto na vida dos moradores da RESEX foi a chegada da energia elétrica, por meio do Programa luz para todos. Segundo Leide, como é conhecida por sua atuação no movimento social, no sindicato e na economia solidária, a energia elétrica mudou o cotidiano dos moradores, pois trouxe a possibilidade da conservação dos alimentos, o congelamento de polpas de frutas para comercialização e, para além disso, trouxe o mundo abstrato que a televisão mostra para dentro das casas dos extrativistas e com isso tem mudado o modo de falar, de vestir e até mesmo de agir, principalmente da juventude. “Claro que os ramais, a educação e a economia vêm mudando o jeito de ser dos extrativistas, mas a energia fez quase que uma revolução nos seringais. Hoje as pessoas podem ter geladeira, micro-ondas, máquina de lavar, enfim, todos os eletrodomésticos que qualquer pessoa da cidade possui, mesmo morando na floresta”. Além do mais, acrescenta, as políticas estão interligadas. Os ramais proporcionam escoamento da produção que gera dinheiro, que possibilita o consumo de bens até então considerados urbanos, como os eletrodomésticos. Mas também a energia permite o uso de ferramentas que ajudam e agilizam o trabalho nas colocações. Então, não há como dissociar uma política pública de outra. Na medida em que o Estado atende uma demanda da comunidade logo surge outra para complementar a que foi instalada. “É assim que as coisas acontecem”, finalizou, Leide.

Sobre o Saneamento as informações que registramos dão conta de que o sistema de abastecimento de água para consumo humano no Estado, até 2000, apresentava um quadro abaixo da média nacional. Apenas 34% da população tinha acesso à rede geral de água; A cobertura da rede de esgoto e fossa séptica apresentava, em 2000, um percentual de cobertura de 29%, muito abaixo da média

brasileira (59%) e da Região Norte (33%); O acesso ao serviço de coleta de lixo, até 2000, era de 52%, também inferior à média nacional, de 76%. Com os investimentos realizados nos municípios, sob a responsabilidade do Estado, houve uma mudança dessa realidade. A partir de 2008, 69% dos domicílios passaram a ter acesso à água, 89,5% possuem esgotamento sanitário adequado e 71,6% têm coleta de lixo (Acre, 2000). Contudo, esses dados falam da realidade da população urbana. Quando se trata da RESEX em Xapuri, o quadro é totalmente diferente, e o saneamento, quando existe, é precário e incipiente. Muitos moradores ainda usam água de nascentes próximas das casas para preparar os alimentos, tomar banho e fazem uso da tradicional privada para as necessidades fisiológicas. O projeto SANEAR executado pelo CTA já beneficiou 140 famílias que moram fora da margem dos ramais, rios ou que não têm nascentes próximas e que passarão a ter acesso a reserva de água um tipo de saneamento básico que impacta em muito seu modo de vida.

3.1 OS SERINGUEIROS E OS NOVOS EXTRATIVISTAS

Após os dados coletados, as informações institucionais sistematizadas e o registro das falas dos moradores, confirmou-se a hipótese que havíamos levantado inicialmente de que há uma nova geração de moradores na Reserva Extrativista na abrangência de Xapuri.

Também é possível afirmar que esses novos extrativistas, diante das facilidades que as políticas públicas trazem para dentro da reserva, já não querem levar a mesma vida que levava a geração anterior chamada de seringueiros.

Vejamos alguns aspectos que as informações obtidas comprovam.

Na educação, antes o acesso era difícil e poucos eram os que conseguiam concluir o ensino fundamental, em razão da falta de escolas. Atualmente, existem várias escolas de ensino médio e muitos jovens da reserva já chegaram a Universidade, concluindo o ensino superior;

Na questão da infraestrutura, a melhoria dos ramais e da trafegabilidade dentro da reserva fez com que os cavalos, burros e carroças, meios de transporte usados pelos seringueiros, tenham sido trocados por carros, motos e motocicletas, diminuindo o tempo e a velocidade entre a zona rural e a urbana;

A diversificação da produção também é reflexo da melhoria da infraestrutura já que as atividades de corte de seringueira e coleta de castanha (base da economia dos seringueiros), gradativamente estão sendo substituídas pela produção de frutíferas, criação de animais e plantios que aumentam a renda, mas que está transformando os seringueiros em novos extrativistas e pequenos produtores rurais.

A chegada da energia e da comunicação móvel também estão alterando os conceitos antigos. O hábito de ouvir rádio, substituído pela televisão e as comunicações feitas através das cartas e mensagens, pela tecnologia que os aparelhos celulares oferecerem.

Assim, podemos afirmar que há na Reserva Extrativista Chico Mendes uma nova geração de extrativistas, que vão além da atividade praticada pelo seringueiro, com inserção de práticas agroflorestais, bovinocultura e criação de pequenos animais o que lhe garante maior resiliência econômica. O processo de produção envolve toda a colocação que inclui as áreas desmatadas e o remanescente florestal em atividades integradas e sinérgicas. A mudança no modo de vida dos moradores tem relação com as Políticas Públicas implantadas na localidade que criaram melhores condições de

vida, que criam novas demandas de infraestrutura e serviços sociais básicos e mudaram o perfil do seringueiro tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações obtidas nas reuniões de planejamento dos Núcleos de base, nas instituições públicas e não governamentais, no acompanhamento das atividades relativas a Reserva Extrativista, em particular, no Município de Xapuri, na vivência de mais de 1 (um) ano com os extrativistas daquela região e fundamentado pelas entrevistas realizadas com os moradores, chegamos à conclusão que é procedente a hipótese inicial formulada que de fato estão ocorrendo mudanças significativas no modo de vida dos moradores e que as alterações são resultantes das Políticas Públicas implantadas na RESEX.

Sobre a política de educação foi possível observar que a instalação de escolas dentro da Reserva foi fundamental para que jovens, homens e mulheres, pudessem ter acesso aos conhecimentos necessários à participação nos processos que envolvem o desenvolvimento social, político e econômico, mas o atendimento escolar não chega a todos nem da maneira desejada e a educação que, pressupomos, deveria ser o fator de conscientização da questão ambiental, do sentimento de pertencimento ao território e valorização da identidade extrativista, dessa região que tem Chico Mendes como referência mundial da luta socioambiental, ao contrário, está levando, em particular, os jovens a abandonarem o modo de vida tradicional de seus antepassados e suas colocações para irem em busca de emprego na cidade ou concorrerem a cargos públicos por meio de concursos.

Cientes dessas questões os moradores da Reserva, na região da pesquisa, têm demandado uma educação diferenciada, na qual o currículo escolar possa ampliar o conhecimento na questão da gestão do patrimônio ambiental, fortalecer o sentimento de pertencimento ao território e valorização da identidade extrativista. Uma escola de alternância (na qual os alunos ficariam um período adquirindo os conhecimentos teóricos e em outro momento, estariam praticando os conhecimentos adquiridos em suas propriedades) com currículo diferenciado é uma proposta que vem sendo discutida entre os moradores da Reserva, ICMBio e as instituições educacionais locais. Porém, não tem tido muitos avanços. Há somente uma proposta de arquitetura ecológica e um rascunho da proposta da metodologia a ser aplicada na escola. Este processo mostra a dificuldade de articulação que ainda persiste e demonstra que o tempo para elaboração e implementação de política pode ser medido numa escala de anos.

Outro fato que vale ser ressaltado é que a população de pessoas do sexo feminino (segundo informações dos moradores entrevistados) supera a do sexo masculino e que as mulheres possuem maior grau de escolaridade. Contudo, esses dois fatos não são suficientes para mudar o perfil histórico de que as mulheres são minoria quando se trata da ocupação em cargos de direção em instituições como as Cooperativas e Associações, reduzindo o seu papel como protagonistas da mudança.

Quanto a saúde, os dados obtidos apontam que houve avanços se comparados a outros tempos quando só havia os conhecimentos tradicionais e o uso de remédios naturais pelas comunidades. Atualmente, os moradores recebem a visita dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e do Programa de saúde itinerante. Porém, fatores como meio de transporte e rápido acesso aos locais que oferecem um melhor atendimento de saúde, nos leva a considerar que as Políticas Públicas de saúde estão impactando de modo positivo nas comunidades.

Quanto a infraestrutura, as Políticas de melhoria e beneficiamentos de ramais (seja para a mobilidade dos moradores quanto para as cadeias produtivas que estão recebendo investimentos), ampliação do programa luz para todos, estímulo ao uso de energia solar, o programa de crédito habitação, saneamento e telefonia rural são fundamentais para a organização de uma economia que contemple distribuição de renda mais justa, aliada ao respeito e conservação dos recursos naturais e impacta forte e diretamente sobre a vida dos moradores.

Com relação à Produção e Desenvolvimento Econômico local, observa-se que ocorre um aumento da base produtiva, antes pautado exclusivamente no extrativismo (borracha e castanha) e hoje pauta-se na agricultura anual (mandioca e milho), fruticultura, criação de pequenos animais e a inserção da bovinocultura além das práticas extrativistas tradicionais. Se por lado estas práticas permitem a diversificação da base econômica, aumentando a resiliência do extrativista, por outro fragiliza o processo extrativista, quando se tem, por exemplo, a ampliação de pastagens nas colocações.

Por fim, podemos ver neste trabalho de pesquisa que o volume de recursos e os investimentos são bastante significativos e as Políticas Públicas implantadas estão causando alterações no processo de produção, no extrativismo tradicional e estão mudando significativamente o modo de vida dos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, na região de Xapuri, no Estado do Acre.

REFERÊNCIAS

ACRE. Decreto Nº 503 de 06 de abril de 1999. Institui o Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, e dá outras providências. In: Diário Oficial do Estado do Acre, Rio Branco, AC, 07 de abril 1999. Nº 7.500.

ACRE. Decreto Nº 503 de 06 de abril de 1999. Institui o Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Acre.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II. Documento síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006. 350p.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico Econômico: Recursos Naturais e Meio Ambiente. Documento final – 1ª fase. Rio Branco: SECTMA, 2.000a. v.1., 116p.

ALLEGRETTI, Mary Helena. A construção social de políticas ambientais – Chico Mendes e o movimento dos seringueiros, 827p. 2002.

ALLEGRETTI, Mary Helena. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

BAILEY, K. D. Methods of Social Research. The Free Press, Macmillan Publishers, New York, 1982. 533 p.

BRITO, César Cândido. Conceito de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos governos FHC e Lula. In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, [S.l.], v. 22, n. 72, ago. 2017. ISSN 2236-5710. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/60260/68888>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. Experiências de seringueiros de Xapuri no Acre e outras histórias, 2014.

CONCEITO de território rural e políticas públicas e sua evolução histórica nos governos FHC e Lula . In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 22, n. 72, maio/ago. 2017, 164-178.

COSTA, Craveiro. A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do Território do Acre. Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003.

DAGNINO, Renato; THOMAS, Hernán; COSTA, Greiner; GOMES, Erasmo. Metodologia e Análise de Políticas Públicas. In: COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. Dicionário de Políticas Públicas. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Planejamento e Políticas Públicas – PPP, nº 21, jun. 2000.

FRONZA, Claudia Sombrio; RIBEIRO, Vera Maria Nogueira. A avaliação e a análise de políticas públicas: uma distinção necessária. Argumentum [en linea] 2015, 7 (Julio-Diciembre). Disponível em:
<<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547145009>>>. Acesso em: 19 abr 2018.

IBAMA/ACRE. Reserva Extrativista Chico Mendes. In: Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes, 2006, p. 12 e 13.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2000, 2010. Rio de Janeiro, RJ. 2015.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, DF. 2017, 2018.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. Análise das políticas públicas. Pelotas, EDUCAT, 2002.

Relatório Final do Contrato de Gestão. MCTI – CGEE 2011. Brasília: Centro de Gestão e. Estudos Estratégicos, 2011. 90 p : il

RODRIGUES, Gomercindo. Caminhando na floresta. Rio Branco: Edufac, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Florestania: a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco: Edufac, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE EXTENSÃO AGROFLORESTAL E PRODUÇÃO FAMILIAR - SEAPROF

SEMA. Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE – vol. I. 2000.

SILVA, Jacimar Antônio da (Org.). ODM Brasil: Acre. 2012. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/odm-nos-estados/acre>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STEINBERGER, Marília (org.). Território, ambiente e políticas públicas espaciais. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/metodologia-cientifica-tipos-de-pesquisa/50264. 05/11/2018

<https://cienciaeducacao.wordpress.com/2017/11/24/metodos-instrumentos-e-tecnicas-de-recolha-de-dado/>

em 05/11/2018.

www.camara.leg.br/.../textoHTML.asp?...nulinsercao.../2013...19 de nov de 2013 –

MARY ALLEGRETTI – em 05/11/2018.

ANEXOS

ANEXO A - Lei nº 1.904 de 05/06/2007 / Decreto Nº- 6.469, de 30 de maio de 2008

I - Base legal do ZEE – Lei nº 1.904 de 05/06/2007

e

Decreto Nº- 6.469, de 30 de maio de 2008

Institui o Zoneamento Ecológico - Econômico do Estado do Acre – ZEE

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - Das Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, sintetizado através do Mapa de Gestão Territorial constante do Anexo I desta lei, elaborado a partir dos eixos temáticos dos recursos naturais, socioeconômico e cultural-político, sendo o instrumento estratégico de planejamento e gestão territorial, cujas diretrizes e critérios passam a nortear as políticas públicas estaduais voltadas ao desenvolvimento sócio-econômico-sustentável e à promoção do bem-estar da população.

Parágrafo único. O Mapa de Gestão Territorial é apresentado na escala de 1:250.000, composto por dezesseis cartas cartográficas, elaboradas com base em dados, mapas e estudos temáticos sobre trajetórias acreanas, geologia, geomorfologia, solos, bacias hidrográficas, vegetação, biodiversidade, vulnerabilidade ambiental, unidades de paisagem biofísicas, uso da terra, desmatamentos e queimadas, passivos florestais, estrutura fundiária, economia, infraestrutura pública e produtiva, produção florestal, produção agropecuária, população, condições de vida, cidades do Acre, patrimônios históricos e naturais, territórios e territorialidades, gestão territorial, planejamento e política ambiental e percepção social.

Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 5 de junho de 2007, 119º da República, 105º do Tratado de Petrópolis e 46º do Estado do Acre.

ARNÓBIO MARQUES SOBRINHO

Governador do Estado do Acre

ANEXO B - DECRETO Nº- 6.469, DE 30 DE MAIO DE 2008

Adota a Recomendação nº 007, de 28 de maio de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 16, § 5º, inciso I, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e no Decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002,

Decreta:

Art. 1º Fica adotada a Recomendação nº 007, de 28 de maio de 2008, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que autoriza a redução, para fins de recomposição, da área de reserva legal, para até cinquenta por cento, das propriedades situadas na Zona 1, conforme definido no Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de maio de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente

ANEXO C - LEI COMPLEMENTAR N. 191, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008

“Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Acre e dá outras providências. ”

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

Princípios Gerais e Fundamentais

Art. 1º Esta lei complementar dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo, compreendendo os órgãos e entidades que compõem a esfera de sua atuação, orientada pelos princípios constitucionais e voltada para o estabelecimento de políticas que proporcionem o desenvolvimento sócio-econômico sustentável do Estado, a redução das desigualdades regionais e a melhoria dos indicadores sociais.

Art. 2º São fundamentos político-institucionais da administração pública estadual: I - integração de ações estruturantes de forma multisetorial e estratégica; II - universalização de oportunidades e eficiência para acessibilidade a direitos; III - alinhamento de planejamento, gestão e controle; IV - modernização de procedimentos; V - flexibilização estrutural; e VI - ênfase nos processos informacionais e de interlocução.

Art. 3º Constituem a estrutura administrativa do Poder Executivo a Governadoria, os órgãos essenciais à Justiça, os órgãos militares, a Polícia Civil do Estado do Acre, a Controladoria Geral do Estado, a Ouvidoria do Estado, as Secretarias de Estado e a Administração Indireta.

Parágrafo único. As entidades da administração indireta compreendem as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista e vinculam-se à Secretaria de Estado em cuja área de atuação estiver enquadrada sua principal atividade.

Rio Branco, 31 de dezembro de 2008, 120º da República, 106º do Tratado de Petrópolis e 47º do Estado do Acre.

ARNÓBIO MARQUES DE ALMEIDA JÚNIOR

Governador do Estado do Acre

ANEXO D - REGISTRO FOTOGRÁFICO

FIGURA 1: REPRESENTANTES DOS NÚCLEOS DE BASE NA 1ª REUNIÃO NO SERINGAL FLORESTA, COLOCAÇÃO RIO BRANCO, 17/03/2017



FIGURA 2: SERINGAL 2 IRMÃOS - 25 E 26 DE MAIO

COMUNITÁRIOS**EQUIPE DE PLANEJAMENTO****TIÃO DO MOISÉS APRESENTANDO A AMOPREX**

FIGURA 3: 1º CHAMADO DA RESERVA - BRASILEIA - 25,26 27 DE JULHO DE 2017.



FIGURA 4: SERINGAL NAZARÉ – COLOCAÇÃO NOVA VIDA 06 E 07 DE OUTUBRO DE 2017

MORADORES PLANEJANDO O FUTURO DA RESERVA**APRESENTAÇÕES DE RESULTADOS****DINÂMICA PRESENTE, PASSADO E FUTURO**

Fotos: Marcos Jorge Dias.

ANEXO E - ROTEIRO PARA ANÁLISE

- Falar quem é a SEPLAN - é quem concentra os recursos oriundos do BID e KFW e etc;
- Falar de onde vêm os recursos - BID e KFW - fontes de financiamentos, que são repassados para a SEPLAN;
- Falar quem é SEMA - é quem sabe as demandas dos trabalhadores e passa para a SEPLAN, solicitando os recursos; é guarda-chuva, etc;
- Falar qual a relação entre estas instituições.

| Nome da Instituição: | CNS | SEAPROF | ICMBIO | COOPERACRE | COOPERFLORESTA | CTA |
|---|------------|----------------|---------------|-------------------|-----------------------|------------|
| De onde retirou as informações (qual a fonte)? | | | | | | |
| Histórico da instituição: quando, onde e por que surgiu? Fale tudo que puder sobre a história desta instituição | | | | | | |
| Descreva quem é a Instituição? Que tipo de projeto ou ações ela desenvolve? Fale tudo o que puder sobre sua atuação no presente | | | | | | |
| Quais as atividades do projeto? | | | | | | |
| Quais as Metas desta instituição? | | | | | | |
| Quais os objetivos da instituição? | | | | | | |
| Quais investimentos esta instituição realiza ou recebe? Se recebe, de quem recebe? | | | | | | |

| | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|
| Resultados esperados das ações desta instituição? | | | | | | |
| Resultados obtidos das ações desta instituição | | | | | | |
| Quais os desafios encontrados para a atuação desta instituição | | | | | | |
| Município/região onde atua? | | | | | | |
| Número de Famílias atendidas e ou participantes? | | | | | | |
| Especificidades do público-alvo (idosos? Jovens? Mulheres? Outros?) | | | | | | |
| O público-alvo das políticas participa da construção das propostas desta instituição? | | | | | | |
| O público-alvo das políticas participa no momento da implantação das ações desta instituição? | | | | | | |
| Esta instituição realiza avaliações de suas atuações? Com que frequência e como é feita? | | | | | | |
| Outras informações importantes... | | | | | | |

ANEXO F - AUTORIZAÇÃO

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO / FLACSO BRASIL

Mestrado Profissional: Estado, Governo e Políticas Públicas

Projeto de Pesquisa

NOVOS EXTRATIVISTAS:

Declaro para os devidos fins de direito, que **autorizo** o aluno **Marcos Jorge Dias**, do Curso de Mestrado Profissional: Estado, Governo e Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo - FPA e Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO/Brasil, a usar os dados e as informações por mim fornecidas na formulação de sua pesquisa: **NOVOS EXTRATIVISTAS: O impacto das políticas públicas na vida dos moradores da Resex Chico Mendes em Xapuri – Acre.**

Xapuri-Ac, ____ / ____ / ____

Nome: _____

Assinatura: _____

CPF: _____

ANEXO G – QUESTIONÁRIO

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO / FLACSO BRASIL

Mestrado Profissional: Estado, Governo e Políticas Públicas

Projeto de Pesquisa

NOVOS EXTRATIVISTAS:

1. É dono de colocação? Sim () Não ()
2. Há quanto tempo possui sua própria colocação?
3. Pretende sair da RESEX para morar na cidade? Sim () Não () Por quê? _
4. O que entende por Políticas públicas?
5. Alguma política pública alterou seu modo de vida? Sim () não () Como alterou?
6. Você conhece os princípios e objetivos que existiam no momento da criação da RESEX? Você acredita que estes princípios e objetivos contemplam o modo de vida das gerações mais novas da RESEX?
7. Você acha que existe diferença no modo de vida da geração atual e a antiga da RESEX? (Modo de se vestir; falar; gostos e preferências musicais; etc.).
8. Você saberia dizer quais são as exigências de mercado hoje com relação à atuação das pessoas da RESEX (com relação à formação; à formas de negociação; etc.)? Você acha que existe diferença com relação a atuação dos antecessores (aqueles que criaram a RESEX)? Como?
9. Você se lembra quais eram os sonhos e planos dos seus antepassados da RESEX com relação à reserva? E quais são os seus sonhos e planos para a RESEX? Você acha que existe diferença entre os sonhos e planos nas diferentes gerações?